

RELAÇÃO DAS DISSERTAÇÕES APROVADAS NO PERÍODO 2006 – 2007 PELO PROGRAMA DE MESTRADO EM DIREITO DA UCB

ANO DE 2006

ALDEMARIO ARAÚJO CASTRO

Data da defesa: 24/05/2006

Banca: Antônio de Moura Borges (orientador)
Marcos Aurélio Pereira Valadão (examinador interno)
Marcus Faro de Castro (examinador externo)

Título: As repercussões da globalização na tributação brasileira.

Palavras-chave: globalização tributária; globalização; tributos; Mercosul; política tributária; Direito Tributário.

Resumo: A globalização tributária, fenômeno decorrente do processo mais amplo de globalização, iniciado na década de 1980, foi incorporado, por decisões conscientes do legislador, na ordem jurídica brasileira. Foram adotados instrumentos legais voltados para combater os aspectos negativos da competição tributária internacional. Houve a inserção do país num difícil processo de aproximação tributária no âmbito do MERCOSUL. Também foram consagrados mecanismos legais de favorecimento fiscal para os segmentos econômicos com maior capacidade contributiva e atuação globalizada. O perfil da carga tributária suportada pelos vários integrantes da sociedade brasileira revela-se fortemente injusto no ambiente de globalização. Os consumidores e os trabalhadores, setores não globalizados, com reduzida ou nula mobilidade em relação à tributação, suportam preponderantemente a pressão fiscal. Por outro lado, o capital, base econômica com grande capacidade de efetivar o nomadismo fiscal, é aliviado dos ônus tributários mais expressivos na sociedade brasileira. O modelo financeiro-tributário construído no Brasil sob os influxos da globalização viabiliza a transferência de enormes quantias, por intermédio do pagamento de encargos financeiros, dos setores sociais mais fragilizados para os segmentos econômicos mais privilegiados, globalizados e com maior capacidade de contribuir para a manutenção do Estado e de suas políticas públicas.

Abstract: The tax globalization, a phenomenon that results from the ampler process of globalization initiated in the decade of 1980, was incorporated through conscious legislative decisions into the Brazilian legal system. Legal rules were adopted in order to combat the negative aspects of international tax competition. The country was put in a difficult process of tax approach as it relates to MERCOSUR. Legal tax rules were also made attempting to favor economic segments with a greater contributive capacity

and global performance. The profile of the tax burden supported by members of the Brazilian society reveals itself as strongly unjust in the atmosphere of globalization. Consumers and workers, non-globalized players, with a limited or null mobility in relation to taxation, are the ones who mainly support the fiscal pressure. On the other hand, the capital, which represents an economic base with great capacity of executing the tax nomadism, is relieved from the more expressive tax obligations in Brazil. The financial-tax model built in Brazil under the influxes of globalization makes possible the transference of enormous amounts, through payment of financial responsibilities, from the more social fragile sectors to the more privileged economic segments, which are globalized and have greater capacity to contribute for the maintenance of the State and its public policies.

GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO

Data da defesa: 18/09/2006

Banca: Antônio de Moura Borges (orientador)
José Eduardo Sabo Paes (examinador interno)
Fernando Facury Scaff (examinador externo)
Arinda Fernandes (suplente)

Título: A economia solidária e o direito internacional econômico.

Palavras-chave: OIT; ONU; solidariedade; estado-providência; empresas transnacionais; Direito; organismos econômicos; empresas internacionais; organizações não-governamentais; organismos internacionais; relações econômicas; modos de produção; Direito Internacional Econômico; economia solidária.

Resumo: A pesquisa pretende analisar experiências da denominada economia solidária sob o prisma do Direito Internacional Econômico. As transformações que ocorrem na sociedade internacional apontam a necessidade de se investigar a possibilidade de enquadramento jurídico de modos de produção que se apresentam como solidários. As definições do Direito Internacional Econômico permitem que se entenda como funciona o sistema jurídico internacional, considerando-se as relações econômicas. Ao lado dos Estados e das Organizações Internacionais, atores tradicionais do Direito Internacional Econômico, na atualidade, encontram-se os organismos internacionais, as organizações não-governamentais, as empresas internacionais e as transnacionais que movimentam o quadro do sistema econômico mundial. As mutações do Estado, com destaque para o Estado-Providência mostram a necessidade de buscar-se soluções às crises, como do desemprego e da previdência social. As experiências da economia solidária revelam a importância de um modo de produção, que foge aos ditames do sistema capitalista. A solidariedade encontra esteio em Resoluções adotadas pela Assembléia Geral da ONU, bem como pela OIT. Na nova ordem econômica internacional, a economia solidária é uma proposta razoável, ante as profundas desigualdades que persistem entre os Estados. É mister a aplicação da equidade, no manejo das normas internacionais que regulam as relações econômicas, para que todos os povos possam usufruir do bem-estar.

Abstract: This research intends to analyze experiences of the so called solidary economy under the prism of the Economic International Law. The transformations that occur in the international society indicate the need to investigate the possibility of juridical adjustment of the means of production which are seen as solidary. The

definitions of the Economic International Law allow us to understand how the international juridical system works, taking into consideration the economic relations. Parallel to the State and the International Organizations, traditional players of the Economic International Law at the present time, are found the international organisms, the nongovernmental organizations, the international enterprises and the transnationals which determine the structure of the world economic system. The mutations of the State, with emphases to the State-Providence, show the need to seek for solutions to crises, such as unemployment and Social welfare. The experiences of the solidary economy reveal the importance of a mean of production that escapes from the rules of the capitalist system. The solidarity finds support in Resolutions adopted by the UN General Assembly, as well as by the International Labor Organization (ILO). In the new international economic order, the solidary economy is a reasonable proposal, in face of the profound inequalities that persist among the Nations. It is fair the adoption of justness in the handling of the international rules which regulate the economic relations, so that all the peoples can partake of the welfare.

JOSÉ ALVES PAULINO

Data da defesa: 20/10/2006

Banca: Arinda Fernandes (orientadora)

João Rezende Almeida Oliveira (examinador interno)

José Rossini Campos do Couto Corrêa (examinador externo)

Título: **Produção da prova externa e sua validade no processo penal contra a criminalidade organizada transnacional.**

Palavras-chave: processo penal; Direito Penal.

Resumo: O presente trabalho objetiva buscar as razões jurídicas postas nas convenções, tratados e acordos internacionais relativos à produção da prova externa, como fazê-lo e de que forma pode ser feita, e demonstrar a sua eficácia ou validade no processo criminal nos casos de criminalidade organizada transnacional. Ao mesmo tempo procura apresentar os fundamentos, as alegações e as formas justificadoras para uma maior rapidez na obtenção dessa prova criminal, para inibir o espírito de impunidade na criminalidade transnacional reinante no mundo globalizado. O estudo indica a força de lei e a incorporação no direito interno ou no ordenamento jurídico brasileiro das convenções, tratados e acordo de cooperação internacional em matéria penal, após a aprovação congressual e a promulgação executiva, como forma de se fazer sua aplicação imediata, no sentido da troca bilateral de documentos e provas, ou mesmo, na transferência do processo nos crimes transnacionais, já usada na União Européia. Essa troca direta entre o Brasil e os países participantes do GAFI/FATF, via das autoridades de estado, sem os rigores da carta rogatória e do processo de homologação de sentença originários do STF, virá trazer mais rapidez e agilidade no combate à criminalidade organizada transnacional.

Abstract: The present objective work to search the juridical motives and reasons that are in the conventions, treaty and international agreements related to the production of external evidence, as to make it and of that it forms can be made, to demonstrate its effectiveness or validity in the criminal proceeding in the cases of organized crime transnational. At the same time, it looks for to present the beddings, the allegations and the justifications forms for one better rapidification in the attainment of this criminal

evidence, to break the spirit of impunity in the predominant transnational crime in the globalization world. The study indicates the act of law and the incorporation in the domestic law or the Brazilian legal system of the conventions, treaty and agreement to international cooperation in criminal matter, after the congressual approval and the executive promulgation, as form of if making its immediate application, in the direction of the bilateral exchange of documents and evidences, or same, in the transference of the process in the transnational crimes, already used in the European Union. This direct exchange between Brazil and the participants' countries, only by the state authorities, without the severities to the letter rogatory and the process of originary homologation of sentence of the Supreme Court, it will come to bring more rapidity and agility in the combat to organized crime transnational.

HUGO WOLOVIKIS BRAGA

Título: Lavagem de dinheiro: a ação internacional no combate ao crime organizado e a sua influência no ordenamento jurídico-econômico brasileiro.

Data da defesa: 08/11/2006

Banca: João Rezende Almeida Oliveira (orientador)
Arinda Fernandes (examinador interno)
José Rossini Campos do Couto Corrêa (examinador externo)

Palavras-chave: globalização; crime organizado transnacional; lavagem de dinheiro; Direito Internacional Público; crime organizado; Brasil; globalização; jurisprudência.

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo demonstrar a ação internacional no combate ao crime organizado, no âmbito da lavagem de dinheiro. Verifica-se que o crime organizado desenvolveu-se juntamente com a globalização através da inserção de valores no sistema financeiro internacional configurando-se a lavagem de dinheiro. Com o desenvolvimento da tecnologia, sofisticaram-se os mecanismos de reinserção de capitais ilícitos na economia, fazendo com que as nações e os organismos internacionais efetivassem congressos, convenções, tratados multilaterais, acordos bilaterais, editassem leis e normas, adotando medidas que possibilitassem identificar a lavagem de dinheiro, objeto de crime. Criaram-se órgãos para controle e cooperação de dados entre os Estados, com ênfase ao Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI). Focalizaram-se os esforços para a produção de meios e métodos cada vez mais eficazes no combate à lavagem de dinheiro em âmbito transnacional. No nosso país, a Lei n. 9.613, de 03/03/98, que tipificou o crime de lavagem de dinheiro, será objeto de análise. Expor-se-ão as iniciativas de organismos brasileiros na esfera nacional e internacional que auxiliam na implementação das leis que fiscalizam o sistema financeiro nacional. O trabalho tem por finalidade identificar a influência no ordenamento jurídico-econômico brasileiro da ação internacional de combate ao crime organizado através do branqueamento de capitais e demonstrar a necessidade de uma legislação e jurisprudência seguras para o desenvolvimento sócio-econômico do Brasil.

Abstract: The present work aims to demonstrate the international action in organized crime combat in the scope of laundering money. It verifies that organized crime was developed with globalization through the insertion of values on the international financial system configuring the money laundering. With technology development, the mechanisms of reinserction of illegal capitals in economy had been sophisticated, that's why nations and international organisms effective congress, conventions, multilateral treaties, bilateral agreements, edit laws and rules adopting measures that make

possible to identify the crime's object, money laundering. It created organizations to control and cooperation of information between States with emphasis at Financial Action Task Force (FATF). It focuses the efforts to product ways and methods even more effective on money laundering combat at the transnational scope. In our country the Law n° 9.613 of 03/03/98 that typified the laundering money crime will be the object of this analysis. It will expose the initiatives of Brazilians organisms in national and international sphere that helps on implementation of laws that inspect national financial system. The work intends to identify the influence on Brazilian economic-juridical ordinance of international action on organized crime combat through capitals whitening and shows the necessity of securities law and jurisprudence to social and economic development of Brasil.

EDUARDO DE REZENDE BASTOS PEREIRA

Título: Os direitos humanos e a tributação: a imunidade tributária das instituições de educação sem fins lucrativos

Data de defesa: 01/12/2006

Banca: José Eduardo Sabo Paes (orientador)
Manoel Moacir Costa Macêdo (examinador interno)
Luís Carlos Martins Alves Júnior (examinador externo)

Palavras-chave: direitos humanos; instituições de educação sem fins lucrativos; imunidade tributária; Direito Tributário.

Resumo: A imunidade tributária das instituições de educação sem fins lucrativos foi introduzida no constitucionalismo brasileiro em 1934, baseada nos Direitos Humanos, constantes das Declarações de Direitos. Embora tenha sido abolida entre os anos de 1937 e 1945, retornou em 1946 e firmou-se a partir de então como uma conquista do constitucionalismo social. Na Constituição Brasileira em vigor, de 05 de outubro de 1988, ela aparece como uma delimitação da competência impositiva tributária - vedação à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de imposição de impostos que incidam ou possam incidir sobre o patrimônio, a renda ou serviços destas instituições, observados os requisitos fixados em lei - e tem garantia de eternidade, não podendo ser abolida, nem mesmo por proposta de Emenda à Constituição. Alterações constitucionais recentes no Brasil, com a promulgação da Emenda Constitucional 45, em 2004, sob influência da experiência de outros países, como a reforma da Constituição da Argentina, em 1994, indicam a tendência de sua elevação à categoria de Emenda Constitucional. Diante dos novos Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais, como os assegurados no PIDESC - Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, constitui solução inteligente para dar-lhes efetividade.

Abstract: La exención de impuesto para las instituciones educativas sin propósitos lucrativos fue introducida en lo Constitucionalismo Brasileño en 1934, basada en los Derechos Humanos asegurados en las Declaraciones de Derechos. A pesar de la abolición de esta exención, a partir de 1937 a 1945, adquirió eficacia otra vez en 1946, como una victoria del constitucionalismo social desde entonces. Según la actual Constitución Brasileña, del 5 de octubre de 1988, ella es una delimitación de la competencia tributaria, consistida en la prohibición a la Nación, a los Estados, al

Distrito Federal y a las Ciudades para establecer impuesto sobre su patrimonio, renta o servicios, una vez que se observen los requisitos legales. Todavía, tiene la garantía de la eternidad y, por lo tanto, ni mismo una Enmienda Constitucional puede suprimirla. Las alteraciones constitucionales recientes en el Brasil por la Enmienda Constitucional 45, en 2004, bajo la influencia de la experiencia de otros países, tal como la revisión de la Constitución Argentina, en 1994, indican la tendencia al levantamiento del principio de esta inmunidad mencionada arriba al nivel de una Enmienda Constitucional. Delante de los nuevos Derechos Humanos Económicos, Sociales e Culturales, como los referidos en el Acto Internacional sobre Los Derechos Económicos, Sociales y Culturales, constituyen una solución lista para asegurar su eficacia.

LAILA JOSÉ ANTÔNIO KHOURY

Título: A troca de informações e a redução da evasão e da elisão tributária internacional

Data da defesa: 07/12/2006

Banca: Antônio de Moura Borges (orientador)
Manoel Moacir Costa Macêdo (examinador interno)
Márcio Nunes Iorio Aranha Oliveira (examinador externo)
Marcos Aurélio Pereira Valadão (suplente)

Palavras-chave: troca de informações; assistência administrativa internacional; elisão fiscal; evasão fiscal; planejamento tributário; Direito Tributário; evasão fiscal; política tributária; impostos; sonegação fiscal.

Resumo: O objeto do presente trabalho consiste na análise dos métodos existentes no direito internacional público para disciplinar a cooperação em matéria tributária entre os Estados, tendo em vista que a globalização proporcionou a todas as pessoas a possibilidade de escolher o lugar onde as suas atividades serão desenvolvidas, executadas e tributadas. Com isso, o planejamento tributário viabilizou ao contribuinte a criação de mecanismos voltados à redução das despesas tributárias, os quais afetam diretamente a receita dos Estados. Nesse contexto, a evasão e a elisão fiscal internacional tornaram-se motivo de preocupação para os Estados. A fim de controlar as condutas dos contribuintes que se utilizam abusivamente dos efeitos da internacionalização das relações, bem como do planejamento tributário internacional, os Estados verificaram a importância de incrementar mecanismos capazes de operacionalizar a assistência administrativa. Este objetivo será alcançado com a implementação das modalidades de assistência administrativa, quais sejam: a troca de informação, a assistência à cobrança e a notificação de documentos. O presente estudo analisou as modalidades de assistência administrativa, concentrando-se, no entanto, mais detalhadamente, no exame da troca de informações entre as autoridades administrativas fiscais dos Estados. O intercâmbio de informações, que prima pelo caráter preventivo dos atos de controle da administração fiscal sobre os seus contribuintes, revela-se como importante e eficaz instrumento de combate aos ilícitos tributários internacionais.

Abstract: This paper's objective is to analyze existing methods under public international law to forge stronger tax cooperation among states, in light of the fact that globalization has provided all persons with the choice of where to operate and have their activities taxed. Aggressive tax planning has allowed taxpayers to take advantage of mechanisms to reduce their tax burden, directly affecting states' tax receipts. In this context, international tax evasion and avoidance have become major causes for concern among states. In order to rein in the conduct of taxpayers who take unfair advantage of the globalization of economic activity and of international tax planning, states have needed to enhance administrative assistance mechanisms. To this end, they seek to implement various methods of administrative assistance comprising: exchange of information, assistance in recovery, and service of documents. This paper analyzes the different forms of administrative assistance; however, it focuses in greater detail on examining exchange of information among states' tax authorities. Exchange of information—which emphasizes preventive approaches by tax authorities to track and control taxpayer activity—is manifestly an important and effective tool for combating international tax offenses.

ALBÉRICO CAMELO DE MENDONÇA

Título: As recomendações do grupo de ação financeira e a soberania dos estados não-cooperativos

Data de defesa: 08/12/2006

Banca: Arinda Fernandes (orientadora)

João Rezende Almeida Oliveira (examinador interno)

José Rossini Campos do Couto Corrêa (examinador externo)

Palavras-chave: soberania; recomendações do grupo de ação financeira; criminalidade financeira; Direito Internacional; Direito.

Resumo: Com a finalidade de combater a criminalidade econômico-financeira no mundo, o G-7 Grupo dos sete países mais ricos, os Estados Unidos da América, o Japão, a Alemanha, a França, a Itália, o Reino Unido, o Canadá e a Rússia (essa admitida posteriormente em razão de seu poder geopolítico), criaram a FATF, sigla que na língua inglesa significa Financial Action Task Force, ou GAFI, em português Grupo de Ação Financeira. Para atingir seu desiderato, o GAFI estabeleceu, em 1990, Quarenta Recomendações que devem orientar o combate da lavagem de dinheiro. Essas Recomendações foram revisadas em 1996, adequando-as às novas tipologias de lavagem de dinheiro. Posteriormente o GAFI criou as Nove Recomendações Especiais sobre o Financiamento do Terrorismo, complementando as outras Quarenta e objetivam combater o financiamento de atos e de organizações terroristas. Afirma que o direito ínsito nessas Recomendações é um tipo de soft law, em razão de não possuir a idéia de obrigatoriedade. Contudo, de forma contraditória, o próprio GAFI tem a pretensão de que suas Recomendações sejam aceitas e praticadas por todos os Estados estrangeiros e não apenas por seus Estados-membros, constituindo nítida violação de soberania. Sugere-se que a natureza jurídica dessas recomendações seja um tipo de hard law e o conflito existente entre elas e a soberania dos Estados não cooperativos se resolva em razão da soberania estatal a ser mitigada ante os interesses da maioria da comunidade internacional. São objetivos deste trabalho: a) indicar a natureza jurídica das Recomendações do Grupo de Ação Financeira e; b)

dirimir a tensão existente entre a natureza jurídica das Recomendações do GAFI e a soberania dos Estados não cooperativos.

Abstract: Intended to combat the financial-economic criminality around the world, the G-8 – Group of the seven richer countries, United States of America, Japan, Germany, France, Italy, United Kingdom and Canada but also Russia, further admitted due to its geopolitical force, created the FATF – Financial Action Task Force. In Portuguese, this Task Force is called GAFI – Grupo de Ação Financeira. In order to combat money laundering, FATF established Forty Recommendations in 1990. These Recommendations have been reviewed in 1996 adapting to the new typologies of money laundering. Further, FATF created the Nine Special Recommendations about Terrorism Financing. They complemented the forty others and aim to combat financing of terrorist acts and organizations. These recommendations can be affirmed as a kind of soft law, due to the fact of not detaining the idea of obligatoriness. Nevertheless, a contradiction may be distinguished. FATF itself claim that those recommendations must be accepted and applied by all States and not only by their members. This can be seen as a clear sovereignty violation. The juridical nature of these recommendations is suggested to be a kind of hard law. The conflict between them and the sovereignty of the noncooperative States is solved due to their national sovereignty be mitigated face to the interests of the international community majority. The objectives of the present work are: a) indicate the juridical nature of Financial Task Force's Recommendations and; b) nullify the tension existent between the juridical nature of FATF's Recommendations and the national sovereignty of the non cooperative States.

ALBÉRICO SANTOS FONSECA

Título: Licitações públicas realizadas com recursos oriundos de organismo de cooperação internacional

Data da defesa: 14/12/2006

Banca: João Rezende Almeida Oliveira (orientador)
Arinda Fernandes (examinador interno)
José Rossini Campos do Couto Corrêa (examinador externo)

Palavras-chave: princípios; licitações públicas nacionais; compras governamentais; norma alienígena; organismos internacionais de cooperação; licitações, Administração Pública; Direito Internacional Privado; Direito Internacional Público; Direito Comercial; contratos.

Resumo: Dissertação versando sobre licitações financiadas por Organismos Internacionais de Cooperação. Análise da aplicabilidade da norma alienígena frente aos Princípios e normas previstas no Ordenamento Jurídico Nacional. Histórico e origem das licitações públicas no Brasil. Obrigatoriedade Constitucional e legal de submissão das compras governamentais nacionais a realização de certames licitatórios. Aplicabilidade de licitações públicas como instrumento hábil a buscar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Princípios norteadores das licitações públicas nacionais. Abordagem histórica do Sistema de Breton Woods, origem dos principais Organismos de Fomento Internacional. A inserção do Brasil na nova ordem criada em Breton Woods. O Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. O Banco Interamericano para o Desenvolvimento. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Cotejamento do Manual de Convergência do

PNUD com os Princípios e normas nacionais. Paralelo entre as Diretrizes de Aquisição do BIRD e Políticas Básicas de Aquisição do BID com o Ordenamento Jurídico Nacional. Prevalência dos Princípios Constitucionais brasileiros sobre as guidelines dos Organismos de Cooperação Internacional. Correta exegese do art. 42, § 5º, da Lei 8.666/93 em coerência com a ordem legal brasileira e os Princípios explícitos e implícitos, aplicáveis às licitações brasileiras na Carta Política de 1988. Tratamento jurisprudencial da matéria, mormente a jurisprudência firmada pela Corte de Contas da União. Possibilidade de convivência das guidelines com os Princípios e normas nacionais. Orientação aos agentes públicos nacionais no sentido de promover negociações com Organismos Internacionais de Fomento, para promover a convergência de normas. Posicionamento do Tribunal de Contas da União pela utilização da norma alienígena sem que isso signifique vilipêndio à soberania nacional.

Abstract: This Dissertation has as target to check the possibility of having Government acquisitions by using international financing, through International Organisms of Cooperation. It studies the applicability of the foreign law facing National Standards, according Brazilian Constitution. It'll be studied the historic and the origin of Public Biddings in Brazil. The enclosed obligations in the Political Brazilian Law, in order to follow National Standards and National Law, instead Foreign Law. The use of Public Biddings as instrument to get the best prices to the Government. It'll analyse Standards that are mandatory to the Brazilian Public Biddings. An historical view of Breton Woods System will be given. Overview of the main International Organisms of Cooperation. Insertion of Brazil at the new international system created by Breton Woods. The World Bank. Inter-American Development Bank. United Nations Development Program. This work will make a checking list between guidelines provided by United Nations Development Program, by The World Bank and by Inter-American Development Bank and National rules about Public Biddings. The work will show the superiority of Brazilian Constitutional Standards over these guidelines. It'll try to provide the best interpretation to the Brazilian Public Biddings Law according Constitutional Standards. It'll show judicial decisions about this subject, mainly Judicial Decisions taken from the Brazilian Administrative Court. It'll try to demonstrate the possibility to have guidelines and National Law living together. It'll show the necessity of the Brazilian Public Agents improving negotiations in order to get an intersection point between the considered Judicial Systems, without violate national sovereignty.

GISELE DOS REIS SILVA DANTAS

Título: Lavagem de dinheiro: necessária mudança de paradigma na efetiva repressão ao crime transnacional

Data de defesa: 14/12/2006

Banca: Arinda Fernandes (orientadora)

João Rezende Almeida Oliveira (examinador interno)

José Rossini Campos do Couto Corrêa (examinador externo)

Palavras-chave: Direito Internacional Público; lavagem de dinheiro; globalização; crime organizado; Direito Penal; globalização; cooperação penal internacional; crime organizado.

Resumo: O fenômeno da globalização transpôs barreiras geográficas e permitiu a liberalização dos mercados. Além disso, tem estimulado a ciência e fomentado a

transferência entre Estados da mais alta tecnologia, mas ao lado de seus inúmeros avanços houve também um aperfeiçoamento, por um lado, de práticas criminosas já existentes, e por outro, a inserção de novas figuras delitivas, a exemplo do crime de lavagem de dinheiro. O também chamado branqueamento de capitais é uma nova modalidade delitiva que tem se projetado a nível internacional, a ponto de disseminar uma preocupação global, sendo objeto de discussão em diversos acordos internacionais. O Brasil, também afetado por esta criminalidade organizada, diante de compromissos internacionalmente assumidos, introduziu no seu ordenamento jurídico, em 1998, a Lei antilavagem com o fim de prevenir e reprimir este tipo de ilícito penal. No entanto, a realidade brasileira, no que tange a apuração deste tipo de delito, não guarda relação com realidade crescente da prática do crime de lavagem de dinheiro, fato que nos leva ao seguinte questionamento: A lei antilavagem tem se revelado como instrumento efetivo no combate ao crime de lavagem de dinheiro? A resposta negativa leva a necessidade de chamar a atenção do Estado, da sociedade e em especial daqueles que estudam e aplicam o direito a fim de que se possa identificar a cota de responsabilidade de cada um neste panorama nacional e internacional, devendo ainda destacar atenções para que se estabeleça uma nova cultura no modelo de cooperação penal internacional na luta contra a macrocriminalidade.

Abstract: The phenomenon of the globalization transposed geographical barriers and it allowed the liberalization of the markets, besides, it has been stimulating the science and fomented the transfer among States of the highest technology, but beside their countless progresses there was also an improvement, on one side, of criminal practices already existent and for other, the insert of new criminal illustrations, to example of the money launder crime. Also call of laundering of capitals, this new criminal modality has, if projected at international level, to the point of to disseminate a global concern, being discussion object in several international agreements. Brazil, also affected for this organized criminality, after commitments internationally assumed, it introduced in his juridical ordenament, in 1998, the Law of the money laundering with the end of to prevent and to repress this type of illicit penal. However, the Brazilian reality with respect to counting of this crime type doesn't keep relationship with growing reality on the practice of the money launder crime, fact that in the group to the following: Does the law of the money laundering have if revealed as effective instrument in the combat to the money launder crime? The negative answer takes the need to call the attention of the State, of the society and especially of those that study and apply the law so that it can identify the quota of responsibility of each in this national and international panorama, should still detach attentions for he/she settles down a new culture in the model of international penal cooperation in the fight against the transnational organized crime.

CESAR AUGUSTO BINDER

Título: A concessão de isenções de tributos estaduais, distritais e municipais por meio de tratados internacionais

Data da defesa: 18/09/2006

Banca: Antonio de Moura Borges (orientador)
Marcos Aurélio Pereira Valadão (examinador interno)
Fernando Facury Scaff (examinador externo)

Palavras-chave: monismo, Distrito Federal, municípios, estados, norma internacional, norma interna, conflito, federalismo, competência tributária, repartição de competência, competência, isenções, direito internacional, direito tributário, tratados internacionais.

Resumo: O presente estudo tem por objeto a análise da questão referente à concessão de isenções fiscais por meio de tratado internacional, especialmente quanto a tributos estaduais, distritais e municipais. O Brasil adota a forma federativa de Estado e isso traz consequências quanto à repartição de competências, especialmente a tributária, bem como à capacidade para celebrar tratados. Os tratados podem colidir com dispositivos da normativa interna, sendo então estudadas as teorias monista e dualista sobre o tema, bem como os seus desdobramentos. A doutrina e a jurisprudência brasileiras divergem sobre a legitimidade da concessão de isenções de tributos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios instituídas por tratados internacionais. O artigo 98 do Código Tributário Nacional estabelece que os tratados prevalecem sobre a normativa interna, o que legitimariam as isenções advindas de tratados, no entanto, o princípio federativo, bem como o artigo 151, inciso III, da Constituição Federal, limitam a concessão de exonerações tributárias e estariam a impedir a União de conceder de isenções de tributos da competência dos Estados. A compatibilidade e a interpretação desses dispositivos se mostram fundamentais para o estudo do tema. O estudo também aborda posicionamento de Ministros do Supremo Tribunal Federal a respeito do tema em questão.

Abstract: The present study has for object the analysis of the question concerning to the concession of exemptions taxes by international treaties, especially involving tributes of the States, Federal District and Municipalities. Brazil adopts the federative form and it results consequences related to the tax competences and the treaty making capacity. The treaties can collide with local law, and the monism and dualism theories are studied. The Brazilian doctrine and the jurisprudence dissent on this issue. Article 98 of the National Tax Code establishes the priority of the treaties over the local normative, however, the federative principle, as well as Article 151, Section III, of the Brazilian Federal Constitution, estates that the Union shall not exempt the States, the Federal District and the Municipalities from respective taxes. The study also analyses the positioning of some Ministers of the Brazilian Supreme Court

MILTON NUNES TOLEDO JUNIOR

Título: Direito internacional imperativo: jus cogens

Data da defesa: 25/03/2006

Banca: Jorge Luiz Fontoura Nogueira (orientador)
Antonio de Moura Borges (examinador interno)
Tatyana Scheila Friedrich (examinador externo)

Palavras-chave: DIREITO INTERNACIONAL PUBLICO, fontes, jus cogens, imperativo, Direito internacional - normas; organização internacional; cooperação internacional.

Resumo: A inexistência de um poder central estabelecido na sociedade internacional, com império para ordenar o relacionamento entre as soberanias, torna corrente a idéia de que o Direito Internacional Público é, basicamente, um direito de cooperação. O voluntarismo estatal ocupa posição de destaque na submissão do ente soberano às

normas internacionais. Não obstante, a evolução dos povos evidencia a existência de uma ordem pública a expressar os valores básicos da sociedade internacional, os quais, devidamente cotejados, traduzem o Standard de civilização da humanidade. Os valores com os quais a sociedade internacional não pode transigir são revelados por meio de normas internacionais de imperatividade absoluta — jus cogens. As normas de jus cogens, ao reconhecerem a existência de direitos imanentes, deferirem direitos subjetivos inalienáveis e conferirem obrigações impostas aos Estados com eficácia erga omnes, implicam negativa definitiva da vontade estatal como fundamento do Direito Internacional. Este estudo foi desenvolvido com o propósito de identificar o conteúdo do jus cogens, ou seja, quais as normas internacionais que ostentam o caráter de normas peremptórias, que obrigam os Estados independentemente de consentimento. Para tanto, investigou-se o fundamento do Direito Internacional, encontrando-o no direito natural. Fez-se a ordenação hierárquica das fontes de Direito das Gentes, demonstrando-se a prevalência do jus cogens sobre as demais normas internacionais. Finalmente, a pesquisa deparou-se com posicionamentos doutrinários bastante reticentes no que tange ao elenco das normas imperativas. Ao tempo em que se critica essa indefinição, este estudo demonstra já ser possível estabelecer critérios de identificação do jus cogens internacional.

Abstract: The absence of a central power in international society with authority to discipline the relationship between sovereignties clearly demonstrates the idea that Public International Law is fundamentally a law of cooperation. State voluntarism is therefore an outstanding feature in the submission of sovereign entities to international law. Nevertheless, the evolution of civilization reveals the factual existence of an ordre public that expresses fundamental values of international society. Values which cannot be waived by international society are disclosed through imperative norms of international law — jus cogens. Based on the recognition of the existence of norms that grant inalienable rights and attribute erga omnes obligations to the States, jus cogens implies the refusal of States volition as the foundation of International Law. This study was developed with the aim of identifying the content of jus cogens, i.e., which international norms can manifest the character of peremptory rules, constraining States even without their acquiescence. For that purpose, the foundation of Public International Law was investigated and founded to be rooted in Natural Law. There was also a hierarchical ordination of the sources of International Law which ended up demonstrating the prevalence of jus cogens over the other international norms. Finally, the research fell across some reticent views of scholars with respect to the roll of existent imperative norms. This study, while criticizing this lack of definition of jus cogens, also intends to demonstrate that it is already possible to establish some reliable criteria to identify international jus cogens.

HELEN CORRÊA SOLIS

Título: O direito à informação na constituição brasileira e sua relação com a ética no ambiente político

Data da defesa: 27/03/2006

Banca: Arinda Fernandes (orientador)

João Rezende Almeida Oliveira (examinador interno)

Roberto Armando Ramos de Aguiar (examinador externo)

Palavras-chave: DIREITO CONSTITUCIONAL. informação; direitos individuais; ética política, direito à informação, ética, política.

Resumo: A realidade atual brasileira tem oferecido importantes (e tristes) exemplos de que o direito nem sempre é capaz de oferecer limites à política que atendam adequadamente aos interesses da sociedade. Os casos de corrupção e de descaso com o povo relevam a necessidade de que a ética torne-se um elemento essencial de caracterização da verdadeira política, isso porque existem condutas que mesmo vestidas de legalidade afrontam os princípios morais da sociedade. Nesse sentido, é fundamental que o espaço político possua um referencial ético, aqui delimitado através da Regra de Ouro: Faça aos outros aquilo que gostaria que fosse feito a você; e não faça aquilo que você não gostaria que lhe fosse feito. Esse princípio passível de ser utilizado no espaço privado é também compatível com o espaço público, inserindo o Outro como medida fundamental da Política. A Política é então entendida como a organização do espaço público, o espaço do agir em conjunto que pressupõe uma finalidade, qual seja, a realização do bem comum, conforme disposto no art. 3º, inciso IV da Constituição Federal, como objetivo do Estado brasileiro. E o direito à informação oficial verdadeira assume grande importância no sentido de contribuir para a existência de ética na política, uma vez que pode dar visibilidade ao espaço público, muitas vezes obscurecido pelos sigilos estatais. Portanto, o direito à informação oficial verdadeira pode dar o seu aporte para que a Política seja impregnada de limites legais, mas também éticos

Abstract: The present situation in Brazil has shown important (and sad) examples that the law sometimes can not offer limits for politics to find the demand of society. The many cases of corruption and disregard with the population expose the necessity to transform the ethics into an essential element to characterise true politics. That is because there are some kinds of behaviour or conducts that, even being a legal act, are an insult to the moral principle of the society. In this sense it is fundamental to define an ethic reference to the politic scenario, defined as the Golden Rule: Do for the other the things you would like to be done for you, and do not do what you would not like to be done for you. This principle is used in the private scenario and can also be adopted in the public scenario, defining Other as a fundamental dimension in Politics. Politics is therefore defined as the organisation of the public scenario, the scenario of common acts to meet the common benefit, as disposed on the 3rd art., incise IV of the Federal Constitution, and an objective of the Brazilian State. And the rights to the true information assume a great importance because it will contribute to the existence of ethics in politics. The public scenario will than be more transparent, free from state secrets. The rights to the official information can be therefore the basic support to legal and ethic limits of Politics

CARLOS EDUARDO MARTINS DA CUNHA

Título: A TV justa e o papel da TV pública na efetivação dos tratados

Data da defesa: 31/03/2006

Banca: Jorge Luis Fontoura Nogueira (orientador)
Antonio de Moura Borges (examinador interno)
Carlos Ayres Britto (examinador externo)

Palavras-chave: poder judiciário, televisão – programação, direito internacional, DIREITO PUBLICO, democracia, TV justiça.

Resumo: Na moderna vida dos Estados, a importância da inserção internacional, quimera de todos os governantes, se traduz juridicamente pela imperiosa necessidade de preverem-se e proverem-se formas de garantia da segurança jurídica. E, nesse prisma, ganha importância a eficácia dos tratados nos ordenamentos jurídicos internos, pois de sua efetividade é que dependerá o prestígio e, por consequência, o bom grau de inserção internacional das Nações. Sem excepcionar mesmo os Estados Unidos da América, que mercê de sua hegemonia e poderio econômico-militar poderia pretender sistematicamente exercer posturas autárquicas, parece-nos estarem todos os atores da cena internacional, sem exceção, fadados à observância dos tratados e do direito das gentes. Se no plano político o voluntarismo norte-americano tem parecido mais flagrante e incisivo, no direito internacional do comércio verifica-se submissão incontestada à ordem internacional, haja vista os seguidos contenciosos levados a cabo na Organização Mundial do Comércio (OMC), não necessariamente com a vitória da Nação-império. Destarte, urge fazer ser o tratado, fonte primordial do direito internacional público, devidamente incorporado aos ordenamentos jurídicos nacionais, não apenas no plano formal, mas essencialmente no espectro da consciência jurídica e da cultura política das Nações. Sem isso, a norma é mera abstração, desprovida de efetividade e de reais consequências na vida das pessoas. A presente dissertação visa a demonstrar o trabalho desenvolvido em prol da colimada incorporação cultural dos tratados, em seu prisma político-jurídico, como fonte formal e material de direito interno, a partir da programação da TV Justiça. Emissora de televisão pública, junto ao Supremo Tribunal Federal, a TV Justiça foi criada em contexto de democracia plena, por meio de Projeto de Lei aprovado no Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República. Nasceu vocacionada à facilitação do acesso à justiça, como elo entre a cidadania e o Poder Judiciário, informando e esclarecendo não só à comunidade jurídica, mas a toda a população. No que concerne à divulgação dos tratados, procurou-se elencar todo o esforço realizado em sucessivos programas, noticiários, reportagens e transmissão de sessões plenárias do STF, com o desafio de superar o jargão próprio das cortes (tanto no plano doméstico, como no plano internacional) e da academia sem, no entanto, deformar o sentido verdadeiro do Direito e, por consequência, da realidade jurídica que a todos obriga. A presente dissertação conduz a demonstração das ingentes necessidades de se realizarem outras atividades de utilização da televisão pública e gratuita, no sentido de otimizar o trabalho parcial já realizado.

Abstract: In modern concepts of States interaction as well as regarding its international public practice, it is essential to foresee methods for establishing legal security parameters. The importance of self-executing force of treaties is evident in domestic legal systems because its adherence and effectiveness will result in a country's growing prestige, hereby defined as increased international participation. Not excluding any States, such as the United States due to its hegemonic posture and economic and military power which act unilaterally in several international issues, the full compliance of several actors ought to observe and to abide the realm of international law. In the political sphere, it is seen nowadays the arbitrary unilateralist position of the United States, contrasting with the US increased compliance to international trade norms under the auspices of the World Trade Organization (WTO) which its controversies settlement system do not necessarily reflect victorious claims of the "imperial power". As such, it is stressed hereby the utter importance of making the treaties as fundamental sources of international law by the process of internalizing

them into the domestic legal system. Not solely within the formal aspects, but also in States' legal awareness and political culture, legal norms if not observed will deprive its innermost effective characteristics and real consequences on peoples lives. This masters dissertation has the objective of portraying and illustrating the importance of cultural formation and change as a result of TV Justiça broadcasting programs regarding the social impacts of internalization of treaties. Brazilian Federal Supreme Court (STF) public broadcasting television called "TV Justiça" was created in the context of a consolidated democracy through a project of Law approved by the National Congress and signed by the Presidency. It was conceived as a means to provide greater access to due process of law not solely for the legal community, but for the population as a whole. Regarding public awareness of treaties, several TV programs, including news reporting and several Court's formal sessions broadcasting, aimed at greater public awareness. One of its major challenges was to overcome the Court's jargon and technicalities both at the domestic and the international levels and academia. However, these programs sought not to deturpate the true meaning of the formal Law thus jeopardizing its socially-biding legal reality. This dissertation sheds a light on the need for further activities utilizing public television network portrayed herein as a means to optimize some partially achieved results.

FRANCISCO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA

Título: A pena de prisão perpétua do estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional e a constituição brasileira

Data da defesa: 31/03/2006

Banca: Jorge Luiz Fontoura Nogueira (orientador)
Antenor Pereira Madruga Filho (examinador interno)
Maria Elizabeth G. Teixeira Rocha (examinadora externa)

Palavras-chave: direito internacional penal, Tribunal Penal Internacional, estatuto de Roma, pena de prisão perpétua, direito constitucional, DIREITO CONSTITUCIONAL, estatuto legal, leis etc.; prisão (Direito Penal).

Resumo: Trata-se de dissertação de mestrado que tem por finalidade examinar o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional e sua compatibilidade com a Constituição brasileira de 1988, destacadamente no que diz respeito à pena de prisão perpétua, prevista no mencionado Estatuto e vedada em nossa Carta Magna. Com este escopo, inicia-se com a abordagem do que seja Direito Internacional Penal, e o relacionamento entre o Direito Internacional e o Direito pátrio, face a internacionalização dos direitos humanos. Após, são apresentados os antecedentes históricos do TPI, com as iniciativas anteriores à Segunda Guerra Mundial, e, em seguida, os Tribunais Internacionais Militares de Nuremberg e de Tóquio, alcançando os Tribunais Penais Internacionais para a ex-Iugoslávia e para Ruanda. Dando continuidade, são examinados os trabalhos realizados para a criação do TPI, abordando, entre outros aspectos, seus princípios gerais de Direito Penal, composição e administração da Corte, Ministério Público, princípio da complementaridade, entrega de pessoas para julgamento pela Corte, crimes e penas previstos pelo Estatuto de Roma. Posteriormente, analisa-se o Estatuto de Roma à luz da Constituição brasileira, especificamente no que diz respeito à compatibilidade do texto do tratado, quando prevê a aplicação da pena de prisão perpétua, com a vedação constitucional da aplicação de penas desta natureza. Por fim, menciona-se a Emenda Constitucional nº

45, de 08 de dezembro de 2004, em vigor a partir de 31 de dezembro do mesmo ano, considerando-se a inserção no texto constitucional de tópicos referentes ao Tribunal Penal Internacional, bem como a necessidade premente de elaboração e votação de projeto de lei destinado a possibilitar o julgamento primário, em nosso país, de pessoas acusadas de crimes da competência do Tribunal Penal Internacional, e possibilitar a cooperação pátria com aquela Corte

Abstract: This dissertation aims at the examination of the Rome Statute of the International Criminal Court and its compatibility with the Brazilian Constitution of 1988, specifically as regards lifetime prison, contemplated in the Rome Statute and banned from our Magna Carta. Within this scope, the analysis of the definition of the concept of International Criminal Law is initiated, the intersection of International and National Law is targeted, given the internationalisation of human rights. The historic background of the International Criminal Court is then presented, including the initiatives prior to the Second World War and the Military Courts of Nuremberg and Tokyo, widening the territory of International Criminal Courts to the former Yugoslavia and Ruanda. There follows an analysis of the work presented to the creation of the International Criminal Court, studying, among other aspects, its general principles of Criminal Law, the composition and administration of the Court, Office of the Prosecutor, the principle of complementarity, the incumbence of defendants to the court, crimes and penalty contemplated by the Rome Statute. The Rome Statute is then analysed in the light of the Brazilian Constitution, especially as regards the compatibility of the text in question, when it contemplates the use of lifetime imprisonment, with the constitutional ban of such penalty. Finally, the Constitutional Amendment Bill 45 from 8th December, 2004, working since 31st December, 2004, taking into consideration the constitutional text referring to topics concerning the International Criminal Court as well as the pressing need to vote a bill destined to enable the primary trial of people accused of crimes under the sphere of that Court, making the cooperation with the International Criminal Court a possibility

GISLENE PINHEIRO DE OLIVEIRA

Título: Imunidade de jurisdição penal dos agentes diplomáticos

Data da defesa: 31/03/2006

Banca: Jorge Luiz Fontoura Nogueira (orientador)
Maria Elizabeth G. Teixeira Rocha (examinadora externa)
Antonio de Moura Borges (examinador interno)

Palavras-chave: agentes diplomáticos, direito penal, imunidade de jurisdição, direito internacional, DIREITO INTERNACIONAL PUBLICO, diplomatas; privilégios e imunidades.

Resumo: A presente dissertação tem como tema a imunidade de jurisdição penal dos agentes diplomáticos e como objetivo último situar, no direito comparado e no Brasil, o pensamento a respeito da matéria. Para tanto, aborda-se, inicialmente, o conceito de soberania, bem como de jurisdição e competência. Prosseguindo-se, examina-se a Imunidade à Jurisdição estatal e das pessoas que estariam imunes, bem como dos privilégios Diplomáticos e Consulares e a possibilidade de renúncia, que deve ser não só de jurisdição, mas também de execução. Após, aborda-se a questão do Estado estrangeiro e a Jurisdição local, detendo-se especialmente no Direito Brasileiro e nas

Teorias da Imunidade Absoluta e Relativa. Dando continuidade, são apresentados e discutidos os antecedentes históricos dos privilégios e imunidades diplomáticos, partindo-se do caráter religioso, dos costumes através dos tempos, até serem finalmente incorporados às convenções internacionais e às legislações internas de vários países. No passo seguinte, debate-se a imunidade de jurisdição penal dos agentes diplomáticos, partindo-se de uma perspectiva comparatista até se chegar à doutrina e jurisprudência brasileira, criticando-se o sistema e os abusos diplomáticos. Finalmente, discute-se as imunidades e privilégios no Tribunal Penal Internacional. Trata-se, por conseguinte, de um trabalho eminentemente de pesquisa destinado a analisar, em especial, as duas Convenções celebradas em Viena, uma sobre relações diplomáticas, datada de 1961 e, outra, sobre relações consulares, de 1963, inclusive sob a perspectiva de renegociação das Convenções para que se atenda aos anseios do mundo contemporâneo e da pós-modernidade.

Abstract: This dissertation aims at the criminal jurisdiction of the diplomatic corps and ultimately seeks to establish, in comparative law and in Brazil, the reflexion on the matter. To this effect, the concept of sovereignty is first explored in addition to those of jurisdiction and competence. The Immunity to State Jurisdiction is examined as well as the diplomatic and consular privileges and the possibility of renunciation, which must not only pertain to jurisdiction, but also to execution. The issue of the Foreign State and the local jurisdiction is the analysed with special focus on Brazilian Law and the Theories of Absolute and Relative Immunity. A historic overview of the background of diplomatica privileges and immunity, based upon the religious character, the moors throughout the times, culminating in their incorporation into international conventions and internal legislation of various countries. The immunity of criminal jurisdiction of the diplomatic corps is discussed, based upon a comparatist perspective with a view to then discussing the Brazilian doctrine and jurisprudence, whereby proposing a critique of the system and diplomatic excesses. There follows a discussion of the immunity and privileges of the International Criminal Court. This is, therefore, a study destined to analyse, in particular, the two conventions signed in Vienna one on diplomatic relations, dating from 1961 and the other, on consular relations from 1963. The perspective of the renegotiation of the two conventions is not abandoned, given the complexities imposed by the contemporary world and the post-modernity.

PAULO ANTONIO DE SOUZA

Título: As ações afirmativas perante a constituição federal: a questão do fator racial

Data da defesa: 31/03/2006

Banca: Ronaldo Lindimar José Marton (orientador)
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy (examinador interno)

Palavras-chave: ações afirmativas, DIREITO CONSTITUCIONAL, constituição de 1988, fator racial.

Resumo: Este trabalho analisa a possibilidade e a necessidade de introdução no ordenamento jurídico brasileiro de ações afirmativas instituídas com base no fator racial. O autor faz uma análise acerca da possibilidade do Estado levar em consideração aspectos que antecedem a entrada dos indivíduos no mercado

competitivo visando corrigir desigualdades entre a população negra (pretos e pardos) e uma dada parcela da sociedade na qual estão inseridos. A abordagem do tema levou em consideração aspectos do modelo abolicionista adotado no País e os principais desdobramentos do regime pós-escravidão como fatores preponderantes do quadro de desigualdade existente entre negros e brancos. As ações afirmativas em favor da população negra são avaliadas sob a perspectiva da igualdade material orientada pelo critério socioeconômico e pelo ideal de justiça. Em sua elaboração o autor analisa a compatibilidade do fator racial erigido como critério para o tratamento normativo diferenciado com os princípios e valores albergados pela Constituição de 1988

Abstract: The purpose of this work is to analyze the possibility and need of introducing affirmative actions based on race in the Brazilian legal system. The author makes an analysis of the possibility of the State to take into consideration previous aspects to the individuals' entrance into the competitive market, in order to correct inequalities between black population (black and brown skin) and a parcel of society in which they belong. The study of the issue took into account, as preponderant features to the existing inequality between black and white people, the abolitionist model used by Brazil and the main effects of a post-slavery regimen. Affirmative actions in favor of the black population are examined under the perspective of material equality directed toward a socioeconomic criterion and an ideal of justice. In his elaboration, the author analyses the compatibility of the racial factor chosen as criterion to a discriminated normative treatment as well as with the principles and values implemented by the 1988 Constitution.

LIRIAN SOUSA SOARES CAVALHERO

Título: Os países em desenvolvimento e os mecanismos de solução de controvérsias no comércio internacional

Data da defesa: 10/04/2006

Banca: Maurin Almeida Falcão (orientadora)
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy (examinador interno)
Maria Elizabeth G. Teixeira Rocha (examinadora externa)

Palavras-chave: comércio internacional, países em desenvolvimento, solução de conflitos internacionais, Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT), Organização Mundial do Comércio (OMC), DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.

Resumo: Com o desenvolvimento do comércio mundial, às discussões em torno das formas de regulação do mesmo e da solução de conflitos entre as nações tornou-se uma constante, neste contexto surge a Organização Mundial do Comércio (OMC). Antes de ingressar no estudo da OMC, propriamente dito, e de seus métodos de solução de conflitos, é necessário perquirir a história do desenvolvimento do comércio internacional antes e após a Segunda Guerra Mundial, e os organismos multilaterais criados, com ênfase no Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT). Os meios de solução de conflitos internacionais são objeto do estudo, tanto sua parte histórica, como a atual, tendo como foco principal o Órgão de Solução de Conflitos (OSC) da OMC. Tanto na parte histórica como na parte dos métodos de solução de conflitos internacional, a participação dos países em desenvolvimento (PED) é objeto de

análise. E, são feitos estudos de casos da atuação dos países em desenvolvimento em algumas demandas proposta perante o OSC. Desta forma, o trabalho demonstrou como foi a participação dos PED no desenvolvimento do comércio internacional e no OSC da OMC.

Abstract: With the development of the international trade, the quarrels became constant around the forms of regulation and the solution of conflicts between the nations, in this context appears the World Trade Organization (WTO). Before entering the study of the OMC and of its methods of solution of conflicts, it is necessary investigate the history of the development of the international trade before and after the Second World War I, and the multilateral organisms with emphasis in the General Agreement of Commerce and Tariffs (GATT). The ways of solution of international conflicts are object of the study, as much its historical part, as the current one, having as main focus the Dispute Settlement Body (DSB) of the WTO. As much in the historical part as in the part of the methods of international solution of conflicts, the participation of the developing countries is studied. And, is made studies of cases of the performance of the developing countries in some demands proposal before the DSB. Of this form, the work demonstrated as it was the participation of the developing countries in the development of the international trade and in the DSB of WTO.

MAURO FARIA DE LIMA

Título: A responsabilidade internacional do estado pela violação dos direitos humanos em face da criminalidade interna: o custo da violência no Brasil

Data da defesa: 20/04/2006

Banca: Antonio Paulo Cachapuz de Medeiros (orientador)
Manoel Moacir Costa Macêdo (examinador interno)
Victor Fernandes Gonçalves (examinador externo)

Palavras-chave: dever de indenizar, violência interna, responsabilidade internacional do estado, direitos humanos, DIREITO INTERNACIONAL PUBLICO, criminalidade; violência.

Resumo: A presente pesquisa buscou assentar a responsabilidade internacional do Estado no Sistema de Proteção dos Direitos Humanos no âmbito da OEA, principalmente nas Opiniões Consultivas e nos julgados da Corte Interamericana de Direitos Humanos. De fato, o art. 1 (1) da Convenção Interamericana de Direitos Humanos estabelece, para todos, o direito à segurança. Direito exigível desde logo, não estando sujeito à chamada “reserva do possível”, portanto, exeqüível, quer tenha a violência partido de agentes do Estado, quer de terceiros. Tradicionalmente o direito à segurança exige que o Estado se abstenha de praticar violência. No enfoque aqui dado, tanto faz tenha sido a lesão ao direito perpetrada por agentes públicos ou privados. No primeiro caso a responsabilidade advém da ação ilícita dos agentes públicos. No segundo, da omissão estatal. Pelas imensas dificuldades que a prova da culpa do Estado acarreta às vítimas, a Corte passou a estabelecer que é o Estado que tem que provar que não agiu culposamente, invertendo-se o ônus da prova. Na prática, como o Estado só se exonera da obrigação de indenizar se provar que não agiu ou deixou de agir com culpa, chega-se a uma situação de verdadeira responsabilidade objetiva. De outra feita, ordinariamente, se busca a tutela jurisdicional para casos concretos, objetivando a aplicação de comandos abstratos da

norma a uma situação individualizada. Entretanto, em relação à proteção devida aos Direitos Humanos, vê-se que essa prática se mostra muito limitada, já que, na maioria das vezes, a tutela requerida é em relação a toda uma coletividade. Nesse último caso a proteção há de ser coletiva. As medidas protetivas não têm caráter erga omnes. O Professor A. A. Cançado Trindade, em seus votos concorrentes na Corte Interamericana de Direitos Humanos afirma que a obrigação geral de garantia por parte do Estado, obrigação erga omnes, não se limita às relações deste com as pessoas sob sua jurisdição, mas também, em determinadas circunstâncias, se estende às relações entre particulares. Descumprindo tais obrigações, a responsabilidade objetiva do Estado é inelutável, pois as mesmas, emanadas de jus cogens, englobam a todos os destinatários das normas jurídicas (omnes), tanto integrantes do poder público, quanto particulares em suas relações inter-individuais.

Abstract: The present research intends to settle the International Responsibility of the State on the System of Human Rights Protection for the OEA, specially on Advisory Opinions and on the judgeship of the Inter-American Convention of Human Rights. It is a fact that the art. 1(1) of the mentioned Convention establishes the right to security to all, an exigible right which is not subject to the “reserve of the possibilities”, being therefore always available, whether or not the committed violence comes from an agent of the State. Traditionally the right to security requires that the State do not commit any violence. In the present approach it is irrelevant whether the lesion of the right was caused by public or private actors. In the first case the responsibility comes from the illicit action of public agents. In the second, it comes from omission of State agencies. Because of the insurmountable difficulties the victim has to overcome in order to prove the guilty of the State, the Court has now inverted the burden of the proof by establishing that it is the obligation of the state to prove its innocence. In practice, as the state is only exempt of the obligation to indemnity if it proves that the act or omission was carried out in guiltiness, it characterizes a situation of real objective responsibility. Otherwise, as usually, the jurisdictional guardianship for concrete cases is requested in order to apply the abstract instructions of the norm to a specific situation. However, concerning the due protection of the Human rights it is noted that this practice has already proved to be very limited as the guardianship requested concerns a whole collectivity. In this last case the protection will have to be a collective one. The protective measures shall have erga omnes implications. The Professor A. A. Cançado Trindade, in his concurrent votes in the Inter-American Court of Human Rights says that the State’s general obligation, an erga omnes obligation, is not restricted to the relation between the state and the people under its jurisdiction, but also, under certain circumstances, it is extended to the relation between private citizens. If the state does not comply with such obligations it is thus inputted with unquestionable objective responsibility for it, as these come from jus cogens and comprise all the receivers of legal norms (omnes), either public actors or private citizens in their interpersonal interactions.

VALQUÍRIA OLIVEIRA QUIXADÁ NUNES

Título: Supervisão e regulação bancárias à luz do direito comparado, do direito internacional e do direito brasileiro

Data da defesa: 04/05/2006

Banca: Antonio Paulo Cachapuz de Medeiros (orientador)
Antonio de Moura Borges (examinador interno)
Marcelo Dias Varella (examinador externo)

Palavras-chave: bancos, normas, proer, DIREITO INTERNACIONAL PUBLICO, Bancos – administração; sistema financeiro; bancos – normas; Direito comparado, sistema financeiro nacional, supervisão bancária.

Resumo: Analisa-se, nessa dissertação de mestrado, nossa supervisão bancária nacional, realizando um estudo de direito comparado com os Estados Unidos da América, e também em cotejo com as regras internacionais já estabelecidas nos fóruns mais importantes. Mostram-se também as consequências ruins que uma supervisão bancária deficiente gera na tutela do Sistema Financeiro Nacional. Foram escolhidos os Estados Unidos da América, para fins de comparações no âmbito interno, por ser o mais importante sistema financeiro nacional do mundo. Ademais, é país de grande influência no Comitê de Basiléia, hoje o mais importante fórum informal de supervisão bancária de âmbito internacional. Apresenta-se também a legislação aplicada na União Européia, outro importante fórum internacional, indicando as suas principais regras. Ao final do estudo, após a identificação das principais falhas da regulação e supervisão bancárias do Brasil, no cotejo com o sistema de supervisão dos E.U.A, as normas do Comitê de Basiléia e análise das ações judiciais já propostas cujo objeto se refere aos temas do Sistema Financeiro Nacional e à fiscalização bancária, relatórios das CPIs dos Bancos e do Proer e entrevistas efetuadas com os Parlamentares mencionados, indica-se uma série de propostas, enfatizando os caminhos tidos como mais adequados para o aperfeiçoamento do modelo tanto da regulação quanto da supervisão bancária brasileiras, a fim de que ambas possam ser aperfeiçoadas, para a obtenção de maior efetividade.

Abstract: It is analyzed, in this master dissertation, our national bank supervision, making a study of comparative law with United States of America, and also in comparison with the international rules already established in the most important forum. In this work is also shown the bad consequences that a defective supervision provides to the National Financial System. The United States of America have been chosen, for comparisons in the internal ambit, for being the most important national financial system in the world. Besides that, this country has great influence in the Basiléia Committee, which is nowadays the most important informal forum of bank supervision in the international context. Its also presented the legislation applied in the European Union, another important international forum, indicating its principal rules. At the end of the study, after identifying the worst failure of the bank regulation and supervision in Brazil, in comparison with the supervision system of U.S.A., the rules of Basiléia Committee and analysis of the lawsuits already proposed which subject refers to the theme of National Financial System and to the bank inspection, the reports of the Comissão Parlamentar de Inquérito (Inquiry Parliamentary Commission) of the Banks and the Proer and interviews with the mentioned Parliaments, a several propositions are indicated, emphasizing the most proper ways to improve the model of brazilian bank control as well as their supervision, so that both can be improved to provide better effectiveness.

RITA DE CÁSSIA LIMA ROCHA CIARLINI

Título: Violência de gênero intrafamiliar nos juizados especiais criminais

Data da defesa: 29/05/2006

Banca: José Eduardo Sabo Paes (orientador)
João Rezende Almeida Oliveira (examinador interno)
Loussia Penha Musse Felix (examinadora externa)

Palavras-chave: capacitação, direitos das vítimas, sensibilização, equipe multidisciplinar, sistema jurídico penal brasileiro, DIREITO, violência familiar; direitos humanos; vitimologia; impunidade, direitos humanos, intrafamiliar.

Resumo: A violência de gênero intrafamiliar é um fenômeno mundial e movimenta profissionais e estudiosos da saúde e do direito em busca de soluções adequadas e eficazes para esse problema, cujas graves consequências ultrapassam as fronteiras domésticas e atingem o rendimento escolar dos filhos que presenciam essa violência, a assiduidade e produtividade da mulher-vítima em seu trabalho, a disseminação de uma cultura de banalização violência em toda a sociedade, fulcrada em preconceito de gênero, dentre outras consequências. O sistema jurídico penal brasileiro, embora esteja em consonância com o Direito Internacional dos Direitos Humanos, não se mostra suficiente para, na prática, prevenir e punir a violência de gênero intrafamiliar; isto se dá em razão da extrema preocupação em se garantir os direitos do agressor, evitando-se ao máximo sua prisão, o que decorre do garantismo e do direito penal mínimo, em detrimento dos direitos das vítimas, que se vêm obrigadas a ficarem reclusas em casas-abrigo para poderem continuar vivas; a promulgação de uma lei específica que ofereça instrumentos adequados para que o juiz possa proferir decisões eficazes que realmente possa erradicar este tipo de crime, com o apoio de uma equipe multidisciplinar, é um grande avanço no campo do direito; todavia, este objetivo somente será alcançado se houver uma mudança de mentalidade dos juízes, propiciada pela sensibilização e capacitação dos profissionais quanto a questão de gênero e, principalmente, quanto aos direitos das vítimas.

Abstract: Gender violence inside home is a global phenomenon that calls attention of professional and scholars from health and law sciences. in the means of coming up with adequate and efficient solutions to this problem, with serious consequences exceeds domestic boundaries and reflects on the school efficiency of the children who experiences this violence; on the assiduity and productivity of the work of women who suffer the violence; on the dissemination of violence culture in the whole society with a gender discrimination; among other consequences. The Brazilian penal judicial system is in accordance with the International Human Rights legislation, but it has not been enough to prevent and punish the gender violence inside homes, basically because this legislation tries to defend the aggressor's rights, based on the constitutional guarantees and on the 'minimum penal law', avoiding his incarceration. On the other hand, there are the victims' rights and they see themselves obligated to live in sheltering homes in order to survive. The promulgation of a specific law that could offer adequate resources to judgments in a trial that could end this kind of crime, with an interdisciplinary team, would be a great evolution. However, this goal will only be reached if there is a change in judge's minds, by the sensitization and the qualification of the professionals on gender and, essentially, on victims rights issues.

ANDERSON FONSECA MACHADO

Título: Crimilidade organizada transnacional e a globalização

Data da defesa: 30/06/2006

Banca: Arinda Fernandes (orientadora)
Manoel Moacir Costa Macêdo (examinador interno)
Vitor Fernandes Gonçalves (examinador externo)

Palavras-chave: DIREITO PENAL, globalização; neoliberalismo; crime organizado; direito penal 5. Direitos fundamentais, crime organizado transnacional.

Resumo: Alguns dos temas mais discutidos da atualidade são a globalização, a ideologia neoliberal e a criminalidade organizada. Os efeitos desses fenômenos modernos são sentidos na sociedade. No âmbito jurídico, as áreas do direito penal e dos direitos fundamentais são as mais afetadas. Deste modo, o presente estudo busca relacionar a globalização com o estabelecimento dos princípios básicos do neoliberalismo. Tendo em vista a escassez conceitual de criminalidade organizada, são questionadas suas características, classificações, causas e conseqüências; e analisada a possibilidade de aplicação do conceito previsto na Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional na legislação brasileira de combate ao crime organizado. Observou-se que se encontram vinculados os valores fundamentais da ideologia neoliberal e a com a crescente periculosidade e visibilidade que a criminalidade organizada ganha nos dias atuais, devido à inversão dos valores morais da esfera coletiva para a individual, à adoção da ampla liberdade proporcionada pela economia de mercado e à redução das dimensões e funções do Estado, preconizada pela globalização. Também se verificou uma estreita relação entre os valores intrínsecos da globalização e o discurso contrário ao sistema penal, especificamente os constantes bombardeios ao direito penal e à pena de prisão, bem como uma preocupação desmedida com os direitos fundamentais que sequer compõem o núcleo mais elementar dos direitos humanos. Desta forma, concluiu-se que a globalização, por meio do discurso ideológico neoliberal, contribui para fomentar a criminalidade organizada, pois ataca o sistema penal repressivo e supervaloriza os direitos fundamentais individuais.

Abstract: Some of the argued subjects more of the present time are the globalization, the neoliberal ideology and organized crime. The effect of these modern phenomena are felt in the society. In the legal scope, the areas of the criminal law and the basic rights are affected by them. In this way, the present study it searches to relate the globalization with the establishment of the basic principles of the neoliberalism. In view of the scarcity of organized crime concepts, its characteristics, classifications, causes and consequences are questioned; analyzed e the possibility of application of the concept foreseen in the Convention of United Nations against the Crime Organized Transnational in the brazilian legislation of combat to the organized crime. It was observed that the basic values of the neoliberal ideology and with the increasing danger and visibility meet entailed that organized crime earns in the current days, due to inversion of the moral values of the collective sphere for the individual one, to the adoption of the ample proportionate freedom for the market economy and to the reduction of the dimensions and functions of the State, praised for the globalization. Also if it verified a narrow relation enters the intrinsic values of the globalization and the contrary speech to the criminal system, specifically the constant bombings to the criminal law and the punishment by confinement, as well as a concern desmedida with the basic rights that at least compose the nucleus most elementary of the human rights. In such a way, it was concluded that the globalization, by means of the

neoliberal ideological speech, contributes to foment crime organized, therefore it attacks the repressive criminal system and it supervalues the individual basic rights.

EINSTEIN LINCOLN BORGES TAQUARY

Título: Autonomia Político-Administrativa do Distrito Federal

Data da defesa: 27/03/2006

Banca: Manoel Moacir (orientador)
(examinador interno)
(examinador externo)

Palavras-chave: Distrito Federal; Vinculação Econômica; União; Benefício Sócio-Econômico; Autonomia Política.

Resumo: Este decorre da necessidade de conhecer o alcance da autonomia concedida ao Distrito Federal (DF), pela constituição Federal de 1988 (CF/88). A maioria de seus defensores constitucionalistas sustentam que esta autonomia não se tornou completa, diante da vinculação econômica do DF à União, retirando-lhe a capacidade de se auto-administrar. Esta vinculação juntamente com o argumento de que fora concebido como local neutro para pensar as questões políticas e administrativas do país, serviram de justificativa para não se conceder a participação política à população local. Decorridos mais de vinte anos, o DF continua dependente da liberação de recursos da União, para manutenção de serviços essenciais, como saúde, educação e segurança, em que pese à autonomia, que lhe fora concedida, o que tem resultado em manifestações públicas para criação de um Fundo Especial para o Distrito Federal defendido em 1992. A falta de autonomia plena do DF em relação à União tem dificultado a administração dos serviços essenciais que disponibiliza à sociedade, em prejuízo da qualidade de vida dos seus habitantes, provocando greves de setores como segurança, saúde e educação, figurando o Governo do Distrito Federal como intermediário entre os servidores e o Governo Federal. O cerne da questão é saber qual o benefício sócio-econômico conquistado pelos habitantes do DF, após a autonomia concedida pela atual Carta Política, que transferiu para a União a competência privativa de organização das Polícias Civil e Militar e o Corpo de Bombeiros, bem como do poder judiciário, da saúde e da educação. A Emenda Constitucional nº 19, de 1998 introduziu o artigo 21, o Inciso XVI, cuja regulamentação foi efetivada em 27.12.2002 pela lei 10.633, prevendo a obrigação da União de prestar assistência financeira ao DF para execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio. A importância deste trabalho reside na busca de demonstrar que a cidadania deve ir além do direito de votar e ser votado, posto que a conquista da autonomia política, por si só, não tem se mostrado suficiente para o exercício da cidadania. Este estudo é uma revisão bibliográfica, combinado com uma pesquisa quantitativa. A partir do método histórico buscou-se se resgatar a estruturação política da Capital do País, bem como o processo político para se chegar a tal organização. A pesquisa quantitativa buscou comprovar pela população brasileira o grau de satisfação com o atual modelo de autonomia do Distrito Federal. Os dados coletados demonstram, dentre outros, que quarenta e um por cento dos entrevistados com idade entre quinze e cinquenta anos, manifestam sua opinião no sentido de que eleger seus representantes traz benefícios sócios econômicos à coletividade local.

Abstract: This study elapses from the necessity to know the reach of the autonomy conceded to the Federal District (DF), by the Federal Constitution of 1988 (CF/88), since the most of their constitutionalist defenders sustains that this autonomy hadn't become complete, by means of the economic vinculation of DF to the Union, removing him the capacity of auto-administration, vinculation that together with the argument that it had been conceived as a neutral place to think the political and administrative subjects of the Country, they served as justification for not granting political participation to the local population, in agreement with what is read in Paulino Jaques, José Afonso da Silva and Cretella Jr's works. Elapsed more than twenty years, DF continues dependent of the liberation of the Union resources, for maintenance of essential services, as health, education and safety, in that it weighs to use autonomy, that had been granted him in CF/88, what has been resulting in public manifestation for creation of a Special Fund to DF, defended in 1992. The lack off full autonomy of the DF in relation to the Union has been hindering the administration of essential services that makes available the society damaging the quality of the habitant's life, provoking strikes of sections as safety, health and education, representing the government from Federal district as middleman between the servants and the Federal Government. The duramen of the subject is to know which the socioeconomic benefit conquered by the inhabitants of DF, after the autonomy granted by the current Political Letter, that transferred to the Union private competence of organization of the polices citizen and military and the fire brigade, as well as the judiciary power, accompanied, for historical subjects, the health and the education. The Amendment Constitutional nº 19, of 1998 introduced the article 21, the Incisar XVI, whose regulation was executed in 27.12.2002 by the law 10.633, foreseeing the obligation of the Union of rendering financial attendance to DF for execution of public services, through own bottom. The importance of this work lives in the search of demonstrating that the citizenship should go besides the right of voting for and to be voted for, since that the conquest of the political autonomy, by itself, haven't been shown enough for the exercise of the citizenship. This study is a bibliographical revision, besides a quantitative research, in addition of historical methods. Starting from the historical method, was looked for the rescue of the political structuring of the Country's Capital, as well as the political process to obtain such organization. This quantitative research inquires a comprovation by the brasiliense population the satisfaction degree with the actual autonomy model of the DF.

Word-key: Federal District; Economical Connection; Union; Socioeconomic Benefit; Political Autonomy.

JULIANA ZAPPALÁ PORCARO BISOL

Título: Jurisdição Constitucional e os Novos Paradigmas do Direito: A Tutela dos Direitos Fundamentais dos Homoafetivo a Luz do Princípio Constitucional da Igualdade

Data da defesa: 23/08/2006

Banca: José Eduardo Sabo Paes (orientador)
Maurin Almeida Falcão (examinador interno)
Amandino Teixeira Nunes Junior (examinador externo)

Palavras-chave: Jurisdição Constitucional; Direitos Fundamentais; Homoafetivos; Princípio; Igualdade.

Resumo: Esta dissertação parte do estudo dos fenômenos da descodificação e da constitucionalização do direito atual, que resultaram na ruptura com o modelo subjuntivo e no deslocamento da função sistematizadora da ordem normativa, antes exercida pelas partes gerais dos códigos, para um corpo de princípios constitucionalizados. Com o advento da jurisdição constitucional o desafio de concretizar princípios impôs mudanças profundas na hermenêutica jurídica, despertando uma nova atitude do interprete diante do enunciado normativo. A constituição dos sentidos do texto legal passou a ser tomada como atividade concreta, assumindo a relevante tarefa de garantir a tutela dos direitos fundamentais. Nesse contexto articula-se a proteção dos direitos fundamentais dos homoafetivos, cuja tutela encontra fundamento de validade normativa na cunha constitucional e programática do princípio da igualdade, apoiando-se no primado da constituição como regra hermenêutica fundamental na ordem jurídica brasileira atual, fato que se reproduz de forma assemelhada no direito comparado.

Abstract: This dissertation studies new theoretical supports and juridical methodology in face of the phenomena of the demolition of the law and the domain of the constitution of the current right, examining the conquest rupture with the syllogism model of the time of the codes and the displacement of the systematize function of the normative order, before exercised by the general parts of the codes, for a body of beginnings dominated by the constitution. With the coming of the constitutional jurisdiction the challenge of rendering beginnings imposed deep changes in the juridical interpretation, waking up a new attitude of the he/she interprets before the normative statement. The construction of the senses of the legal text passed to be taken as concrete activity, assuming the relevant task of guaranteeing the protection of the fundamental rights. In that context he/she pronounces the protection of the fundamental rights of the homoaffectionate, whose protection finds foundation of normative validity in the constitutional wedge and program of beginning of the equality, leaning on in the primacy of the constitution as rule fundamental interpretation in the Brazilian juridical order current, fact that reproduces in way assimilated in the compared right.

Key-words: Constitutional jurisdiction; fundamental rights; Homoaffectionate; equality.

ANO DE 2007

JOEL ARRUDA DE SOUZA

Título: Cooperação técnica internacional e suas relações de trabalho no Brasil: o caso PNUD.

Data da defesa: 02/04/2007

Banca: Antônio Paulo Cachapuz de Medeiros (orientador)
João Rezende Almeida Oliveira (examinador interno)
Julie Schmied Zapata (examinador externo)

Palavras-chave: cooperação técnica internacional; imunidades e privilégios; Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas – PNUD; relações de trabalho; Direito Internacional Público; relações de trabalho.

Resumo: Este trabalho visa analisar as relações de trabalho desenvolvidas nos Organismos Internacionais, através dos Acordos de Cooperação Técnica Internacional, desafios, importância e suas perspectivas atuais, para neles identificar seus efeitos jurídicos focados no instituto da imunidade de jurisdição e na perspectiva do ordenamento jurídico brasileiro. Primeiramente serão vistos os conceitos e teorias das relações internacionais que envolvem a coordenação da Cooperação Técnica Internacional – CTI. Em seguida, será abordada a temática das contratações, imunidades, competência e acordos de cooperação técnica entre o Brasil e os Organismos Internacionais. E, finalmente as relações de trabalho no contexto dos acordos de cooperação e seus efeitos jurídicos focados no Ministério das Relações Exteriores, Tribunais de Contas da União e a Justiça do Trabalho, órgãos que estão tratando das contratações de consultores e funcionários dos Acordos de Cooperação Técnica e o Estado Brasileiro.

Abstract: This study intends to analyze work relationships developed on International Organisms, through the International Technique Cooperation Agreements, challenges, importance and its current perspectives, to identify there its juridical effects focused on institute of the jurisdiction immunity and on the perspective of Brazilian legal system. In a first moment will be examined theories and concepts of international relations that involve International Technique Cooperation's (Cooperação Técnica Internacional – CTI) coordination. Then, will be discussed contracting themes, immunities, competence and technique cooperation agreements between Brazil and other International Organisms. And, finally, work relationships on the circumstance of cooperation agreements and its juridical effects centred on Ministry of International Relations, State Accounts Courts and the Work Justice, agencies that are dealing employees' and advisors' contracting from Technique Cooperation Agreements and Brazilian State.

MARCO AURÉLIO AGUIAR BARRETO

Título: Globalização e mercado de trabalho: um estudo sobre a situação dos brasileiros em Portugal

Data da defesa: 27/04/2007

Banca: Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy (orientador)
João Rezende Almeida Oliveira (examinador interno)
Maria Elizabeth G. Teixeira Rocha (examinador externo)

Palavras-chave: Direito Internacional Público; globalização; imigração – brasileiros; direitos humanos; mercado de trabalho; Portugal; tráfico de pessoas; deportação; exclusão social; integração; indocumentados; normas comunitárias; mercado de trabalho; direitos humanos; imigração; globalização.

Resumo: O processo de globalização da economia tem provocado mudanças de paradigmas com reflexos políticos, sociais e jurídicos. No mercado global o comércio passou a exigir fronteiras cada vez menos rígidas para a livre circulação de bens, serviços e pessoas, flexibilização de conceitos e direitos, redução de custos e menos intervenção do Estado na economia. Entretanto, não se pode dizer que o mercado de trabalho funciona globalizado, haja vista que apenas a mão-de-obra qualificada as fronteiras encontram-se transponíveis. Neste contexto, a mão-de-obra não especializada, geralmente originária de países em desenvolvimento, incrementam os fluxos migratórios, em busca de melhores condições de vida, a exemplo dos brasileiros que imigram para Portugal, motivados pela facilidade do idioma, por ser não amiga e portão de entrada da União Européia. Os governos de Brasil e Portugal assinaram o denominado Acordo de Contratação Recíproca, a fim de facilitar a regularização de seus nacionais que imigrem para o território do outro. Apesar do Acordo, milhares de brasileiros encontram-se em situação irregular, apesar de atenderem os requisitos de residência e trabalho, devido a entraves legislativos e burocráticos. Assim, pelo fato de estarem indocumentados, tornam-se vulneráveis a abusos, exploração de mão-de-obra, as mulheres sujeitas a assédio sexual, atitudes discriminatórias, ações policiais e expulsão. A situação requer atitude positiva dos governantes dos dois países e respeito aos direitos humanos. Vale ressaltar que estas pessoas com seu trabalho e suas remessas em dinheiro, alimentam a economia dos dois países.

Abstract: The process of globalization of the economy has provoked changes of paradigms with consequences politicians, social and legal. In the global market the commerce started to demand less rigid borders each time for the free circulation of good, services and people, flexibility of concepts and rights, reduction of costs and little intervention of the State in the economy. However, if it cannot say that the work market functions globalized, has seen that only to the qualified man power the borders meet not capable of being transposed. In this context, the man power not specialized, generally originary of developing countries, develops the migratory flows, in search of better conditions of life, the example of the Brazilians who immigrate for Portugal, motivated for the easiness of the language, for being not friend and gate of entrance of the European Union. The governments of Brazil and Portugal had signed the called Agreement of Reciprocal Act of contract, in order to facilitate the regularization of its national ones that they immigrate for the territory of the other. Despite the Agreement, thousands of Brazilians meet in illegal situation, although to take care of to the requirements of residence and work, which had the legislative and bureaucratic

impediments. Thus, for the fact to be without documents, the abuses, exploration of man power, the discriminatory women become vulnerable citizens the sexual siege, attitudes, police actions and expulsion. The situation requires positive attitude of the governing of the two countries and respect to the human rights. Valley to stand out that these people with its work and its remittances in money, feed the economy of the two countries.

MARIVALDO ANTÔNIO CAZUMBÁ

Título: Estado moderno, globalização, integração econômica e o exercício da soberania.

Data da defesa: 27/04/2007

Banca: Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy (orientador)

João Rezende Almeida Oliveira (examinador interno)

Maria Elizabeth G. Teixeira Rocha (examinador externo)

Palavras-chave: Estado; integração econômica; soberania; União Européia; soberania; integração econômica; globalização; Direito Público.

Resumo: No presente trabalho procura-se investigar algumas das implicações da globalização nas ações estatais, bem assim os reflexos decorrentes da participação dos Estados em processos de Integração Econômica, com destaque para a concepção histórica de soberania e a nova definição reclamada pela realidade do mundo contemporâneo. Para que o objetivo seja alcançado, são evidenciadas, ao longo deste estudo, as características do Estado, em especial o poder soberano e seu exercício, tendo em mente os movimentos globais e os processos integracionistas, indicando esses últimos como possíveis formas de se oferecer respostas aos desafios impostos pelo sistema mundial. Alfim, apresenta-se uma rápida abordagem da experiência européia (União Européia), de modo a exemplificar, na prática, como os Estados-membros vêm se adaptando a essa nova realidade global, onde o exercício compartilhado da soberania se faz necessário.

Abstract: This paper aims to investigating some implications of globalization upon state-owned companies' shares, as well as the reflexes resulting from the participation of the States in the processes of Economic Integration, highlighting the historical conception of sovereignty and the new definition claimed by the reality of the modern world. In order to attain the aim, the characteristics of the State will be remarked throughout this paper, especially the sovereign power and its practice, acknowledging the global movements and the integrating processes, pointing the latter ones as possible ways of offering answers to the opposing worldly-system challenges. Finally, it is presented a quick approach of the European experience (European Union), so as to remark, practically, how the Member-States have been adapting themselves to this new global reality, where the practice of the shared sovereignty is needed.

LUCIANA SHICASHO SABINO

Título: Caracterização da proteção às patentes: estímulo do desenvolvimento econômico?

Data da defesa: 16/05/2007

Banca: Maurin Almeida Falcão (orientador)
Ronaldo Lindimar José Marton (examinador interno)
Luis Carlos Martins Alves Júnior (examinador externo)

Palavras-chave: comércio internacional; poder político–econômico e desenvolvimento; proteção patentária; propriedade intelectual; direitos especiais.

Resumo: A proteção à propriedade intelectual, por intermédio das patentes, tem estimulado o desenvolvimento econômico de muitos países, sejam estes, economias maduras ou em desenvolvimento. No exame do comércio internacional e do desenvolvimento, observa-se que o sistema nacional de inovação de um país é valioso para o estímulo do parque industrial que, por sua vez, permite inovações tecnológicas que geram riqueza e bem-estar geral uma vez que os produtos advindos da atividade criativa são disseminados por existir a proteção das patentes. Entretanto, na elaboração das normas de proteção, as economias emergentes se deparam com a influência político-econômica dos países desenvolvidos, o que acaba por arrefecer o processo de desenvolvimento das economias periféricas. O presente trabalho visa analisar as possibilidades de desenvolvimento das economias não maduras dado o cenário econômico político, ao adotarem a proteção à atividade inventiva.

Abstract: The protection of the intellectual property rights, by using the patents, has stimulated the economic development of many countries, such as mature economies or in development. Analyzing the international trade and the process of development, it is observed that the national system of innovation of a country is valuable to enhance the national industrial park that, in turn, allows to technological innovations that generate wealth and general well-being considering that the products of the creative activity are spread by existing the protection of the patents. However, in the elaboration of the protection norms, the emergent economies come across with the politician-economic influence of the developed countries. Such influence finishes for cooling the process of development of the peripheral economies. The present work aims at to analyze the possibilities of development of the not mature economies considering de the economic politician context, when adopting the protection to the inventive process.

JOSÉ CARDOSO DUTRA JÚNIOR

Título: Integração econômica e direito da integração: fundamentos do direito do Mercosul.

Data de defesa: 28/06/2007

Banca: Antônio de Moura Borges (orientador)
José Eduardo Sabo Paes (examinador interno)
Octavio Campos Fischer (examinador externo)

Palavras-chave: Direito Internacional Público; Mercosul; integração; econômico; internacional; direito.

Resumo: As relações econômicas internacionais sofreram alterações profundas nos últimos cinquenta anos, entre as quais desponta a integração econômica regional. O presente trabalho teve o objetivo de contribuir academicamente para a sistematização dos fundamentos do direito dos processos de integração econômica, especialmente o do MERCOSUL. E após apresentar resenha da teoria da integração econômica, bem como o perfil dos principais blocos econômicos da atualidade, constatou-se que o Direito é ao mesmo tempo pressuposto e ferramenta de aperfeiçoamento da

integração. Verificou-se a existência do direito da integração, formado pelas normas que instituem espaço economicamente integrado e as que derivam de seus órgãos constituídos. Observou-se a existência do direito comunitário, ordenador dos processos de integração mais profunda; sem dúvida direito da integração, porém com atributos peculiares, a saber: aplicabilidade imediata, efeito direto e primazia. Demonstrou-se que o direito da integração é província do direito internacional econômico, que, por seu turno, é parte – à procura de autonomia – do direito internacional público. Comprovou-se que existe o direito do MERCOSUL, a orientar essa união aduaneira imperfeita, por isso legítimo direito da integração. Certificou-se, porém, que o direito do MERCOSUL não é direito comunitário, haja vista que lhe faltam hoje os caracteres da aplicabilidade imediata e da primazia. E porque baseado no mecanismo clássico da recepção, é fundamentalmente direito internacional público regional da integração. Por fim, constatou-se que o direito do MERCOSUL é província do direito internacional econômico, albergando em seus tratados constitutivos princípios e standards desse especial ramo do direito internacional público.

Abstract: International economic relations have gone through deep changes in the past fifty years. Among these modifications, the regional economic integration has played a significant role. The present paper aims at providing an academic contribution to the organization of the legal principles relating to the economic integration processes, especially the MERCOSUR's. After presenting an overview of the economic integration theory, as well as the profile of the main economic communities in the current days, it has been possible to reach the conclusion that Law is simultaneously a requirement and a tool of the integration improvement. It has also been possible to verify the existence of an Integration Law, constituted by the rules that create an economically integrated area and that arise from the legal bodies formed thereat. The existence of a Community Law, which is the organizer of deeper integration processes, has also been verified. Undoubtedly, such Community Law is a part of Integration Law, but it also has specific attributes, such as immediate applicability, direct effect and priority. It has been demonstrated that Integration Law is part of International Economic Law that, by its turn, still seeks for its autonomy and integrates International Public Law. The paper also proves the existence of the MERCOSUR's Law, with guides this specific and imperfect customs alliance, and therefore constitutes a legitimate Integration Law. However, the paper reaches the conclusion that MERCOSUR's Law is not Community Law, because it lacks the attributes of immediate applicability and priority. And because it is based on the classic mechanism of reception, MERCOSUR's Law is fundamentally an Integration Regional Public International Law. In the end, it has been possible to verify that MERCOSUR's Law is part of International Economic Law and shelters, in its treaties, the legal concepts and standards of such special field of International Public Law.

JOSÉ MENDONÇA DE ARAÚJO FILHO

Título: Parlamento do Mercosul e internalização de normas medida provisória legislativa.

Data da defesa: 28/08/2007

Banca: Antônio Paulo Cachapuz de Medeiros (orientador)
Jorge Luiz Fontoura Nogueira (examinador interno)
Maria Cláudia Barbosa de Oliveira Drummond (examinador externo)

Palavras-chave: processo legislativo; decreto – lei; lei delegada; decreto legislativo; processo; medidas cautelares e de emergência; Direito Internacional Público.

Resumo: Os Poderes Judiciário e Executivo têm medidas para atender situações de emergência. A seu turno o Poder Legislativo é o único que não dispõe de um mecanismo legal que o instrumente a responder uma demanda urgente do destinatário de seus serviços. Partindo desse problema, e utilizando-se do método heurístico, foi-se buscar no direito constitucional italiano e depois no modelo constitucional brasileiro uma resposta para ele. Chegou-se à medida provisória do Executivo, que também é defendida nesta dissertação para o Legislativo, com alguns diferenciais. No foco do Mercosul, detendo atenção especial ao parlamento deste Bloco comercial, é defendida a medida provisória legislativa como meio de internalização das normas entre os membros do citado mercado, por óbvio, quando o Parlamento do Mercosul passar a exercer sua vocação de gênese, ou seja, a de legislar. Neste particular a sugestão seria a elaboração de norma com vigência imediata e composta por preceitos básicos a serem submetidos aos países membros do Bloco, num exemplo de consulta prévia. A experiência aplicada da norma por cada país poderia, ao final, gerar outra de consenso. A criação de um ordenamento jurídico próprio para o Mercosul implicaria em maior segurança jurídica, e, conseqüentemente, evolução do Bloco.

Abstract: In constitutional Brazilian System the Legislative is unique without a cautionary measure. We have ordinary process to make law and until some procedures fast to do it, but it is not enough to give for a society a answer more faster in emergency cases. The Legislative needs a cautionary measure like the Judiciary and the Executive. Transferring this topic to Mercosul we have another thing to resolve. How Mercosul can regulate your commercial relations between its members? How is possible to make for them? Who could make it? Mercosul got its parliament. In the first moment this parliament doesn't make law, only serve like a conciliator. In this paper we suggest that Legislative's Mercosul use temporary injunction to aggregate their member around the basics laws.

ANTÔNIO CORRÊA JÚNIOR

Título: O direito comunitário europeu à luz da teoria do ordenamento jurídico de Norberto Bobbio.

Data da defesa: 29/08/2007

Banca: Jorge Luiz Fontoura Nogueira (orientador)
Antonio de Moura Borges (examinador interno)
Maria Cláudia Barbosa de Oliveira Drummond (examinador externo)
Manoel Moacir Costa Macêdo (suplente)

Palavras-chave: Direito Comunitário; ordenamento jurídico; Norberto Bobbio; Direito Internacional Público.

Resumo: Após 1945, o direito internacional passou por um verdadeiro progresso, cuja evidência é o direito comunitário. Por se desenvolver sobre uma lógica funcionalista, solucionando, pragmaticamente, os problemas decorrentes das transformações das práticas européias, pós-1945, faltou-lhe um aperfeiçoamento teórico, permitindo que a doutrina e jurisprudência adotassem posições errôneas. Exemplo é a pressuposição de que o direito comunitário é um ordenamento jurídico, a despeito da investigação de que ele reúne as características que lhe são elementares: unidade, coerência e completude. A dissertação se propôs, então, a investigar se o direito comunitário

possui estes predicados particulares, à luz dos ensinamentos de Norberto Bobbio, quem melhor articula a teoria do ordenamento jurídico. Por meio da análise histórica e dogmática do conteúdo dos tratados das Comunidades Européias, da jurisprudência do Tribunal de Justiça e da doutrina foram reunidas evidências suficientes de que o direito comunitário é uno, coerente e completo e que, por reunir estes predicados particulares, ele representa, hoje, o ordenamento jurídico da sociedade internacional européia. É também responsável pela manutenção da sua ordem. Entretanto, seus princípios inovadores não podem ser estendidos ao restante da sociedade internacional, uma vez que ele foi criado pelos europeus e para eles próprios. A sua contribuição se limita em despertar a sociedade internacional para a importância de mecanismos de solução de controvérsias mais eficientes, o que, em última análise, representa um impulso às mudanças dela mesma.

Abstract: After 1945, the international law passed through a true progress, whose evidence is the European Community law. Developing itself on functionalistic logic, solving, pragmatically, the problems from European practices' changes, after-1945, lacked a theoretical improvement to it, allowing that the doctrine and jurisprudence adopted mistaken opinions. Example is the presumption of that the European Community law is a legal system, in spite of the inquiry if it congregates the characteristics that are elementary: unit, coherence and completeness. This paper's goal is to investigate if the European Community law possesses these particular predicates, in the light of the teachings of Norberto Bobbio, who better articulates the theory of the legal system. Throughout the historical and doctrinal analysis of the content of the Europeans Communities Treaties, of the case law of the Court of Justice and the doctrine evidences had been congregated enough of that the European Community law joins unit, coherence and completeness and, for congregating these particular predicates, it represents, today, the legal system of the international european society. It is also responsible for the maintenance of its order. However, its innovative principles cannot be extended to the remain of the international society, because it was created by the Europeans and for the Europeans. Its contribution limits in awaking the international society for the importance of more efficient controversy-solving mechanisms, what, in last analysis, it represents an impulse to the changes of itself.

MIGUEL ANGELO MACIEL

Título: O tratamento tributário discriminatório como combate à concorrência fiscal prejudicial e a sua legitimidade.

Data da defesa: 17/10/2007

Banca: Ronaldo Lindimar José Marton (orientador)
Antônio de Moura Borges (examinador interno)
Heleno Taveira Tôres (examinador externo)

Palavras-chave: Direito Internacional Público; princípio tributário; não-discriminação; igualdade; concorrência fiscal prejudicial; paraíso fiscal; tributação favorecida; remessas; rendimentos; OCDE; extrafiscalidade; interesse econômico; igualdade; globalização; paraísos fiscais.

Resumo: O legislador brasileiro a partir do advento da Lei nº 9.430/96 estabelece critérios para identificar países de tributação favorecida, os chamados “paraísos fiscais”, e pela Lei nº 9.779/99 institui tratamento tributário mais gravoso para as remessas de rendimentos que tenham por beneficiário pessoa domiciliada ou residente em países de tributação favorecida. A adoção das medidas mencionadas se dá em claro alinhamento às orientações emanadas da OCDE na intenção de combater as práticas fiscais prejudiciais adotadas pelos países que se utilizam da flexibilização de seus sistemas tributários, não tributando ou tributando os rendimentos com uma alíquota efetiva reduzida, que tem como efeitos deletérios a erosão das bases tributárias internacionais e a alteração artificial dos fluxos de capitais e de investimentos diretos. Apesar de terem função extrafiscal, as medidas defensivas introduzidas pela combinação das leis ora mencionadas são portadoras de discriminação e por se utilizarem de instrumentos típicos de direito tributários como veículos de execução devem encontrar acomodação entre os princípios e valores enformadores do direito tributário nacional e internacional. O tema é tratado a partir da análise da globalização, fenômeno que intensificou as trocas internacionais por intermédio da revolução informática e das telecomunicações para, na seqüência, ao abordar a concorrência fiscal prejudicial oferecer informações que permitam a compreensão do problema no cenário mundial. A questão principiológica então é colocada para apresentar os limites impostos pelos fundamentos do Direito Tributário e na última parte se avalia especificamente a conformidade das alterações promovidas nas normas tributárias nacionais aos princípios tributários.

Abstract: The brazilian lawmaker by the Federal Law nº 9.430/96 establish standards to identify countries with harmful tax practices, the “tax heavens”, and by Law nº 9.779/99 establish tax treatment more burden to sending of income to countries with no or low tax. This practice is in according with the OECD’s regards and defensive measure to curb the harmful tax competition. Despite the its extrafiscal aspects they contain discrimination and because it use tools of tax law it shall in harmony with the tax law principles. This issue its studied since the globalization analyses and subsequently the harmful tax competition is analyzed. The question about the principles its matter to evaluate its consonance with de tax law standards and in the last part analyze if the brazilian tax law changes are in consonance with the tax principles and tax standards.

JANAÍNA PEREIRA DE BARROS

Título: A concepção ideológica e individualista da soberania como obstáculo à integração comunitária européia

Data da defesa: 04/12/2007

Banca: Antônio de Moura Borges (orientador)
João Rezende Almeida Oliveira (examinador interno)
José Rossini Campos do Couto Correa (examinador externo)
Marcos Aurélio Pereira Valadão (suplente)

Palavras-chave: globalização e supranacionalidade; direito comunitário; união européia; soberania; Direito Internacional Público; Direito Internacional Privado; globalização.

Resumo: A União Européia é um projeto de integração que se tornou realidade em virtude de um conjunto de variáveis, destacando-se pela formação de um Direito próprio, *sui generis*, que delinea um complexo esquema, em face da redefinição da antiga soberania nacional em um processo que permite transferir competências historicamente enraizadas na esfera estatal, sustentando assim, no denominado Direito Comunitário, o alicerce dessa reestruturação. Esse arcabouço político-jurídico evoluiu e transformou-se em um Direito superior autêntico, e nem por isso, não vinculado aos ordenamentos jurídicos nacionais. Neste meio, como já dito, sustentada pelo Direito Comunitário a União Européia vem construindo sua jurisprudência, sob a égide do Tribunal de Justiça das Comunidades Européias - TJCE -, instrumento de engrenagem complexa, composto por diversas fontes de Direito, que criam um ordenamento jurídico próprio para os Estados-membros. A pesquisa expõe essa estrutura como vertente do processo de integração, regulando os princípios que regem as relações estabelecidas entre a comunidade e seus Estados, ao mesmo tempo em que desenvolve mecanismos jurídicoprocessuais que estimulam o cumprimento de suas normas por parte dos Estados-membros. No entanto, mesmo diante dos princípios norteadores a União Européia se depara com problemas de ordem político-jurídica, tendo que inventar a si mesma, e buscar uma conceituação para se fazer entender; nascida de um milagre improvável, a União Européia traz apenas respostas parciais à mundialização. E nesse sentido, a UE promove a idéia de uma nova soberania, não mais interpretada em sentido absoluto, mas como dependente da ordem jurídica regional. A dissertação tem como objeto demonstrar, por meio de análise do conceito de soberania com relação às possíveis naturezas jurídicas salientadas (federalismo, confederação, organizações de Direito Internacional Público) a impossibilidade de demarcar precisamente sua natureza com subsídios nos problemas emanados da supranacionalidade. Neste sentido, o trabalho sugere um entendimento, de que a soberania nacional dos Estados-membros se apresenta mais flexível no contexto regional. O paradigma clássico, emblemático da sociedade nacional simbolizada no Estado-Nação, foi posto em causa. Na medida em que se desenvolve, a globalização se confere novos significados à sociedade nacional, revelando o Estado-Nação como um processo histórico problemático e contraditório, já que não se define mais pela soberania emanada dos Estados mas transforma-se radicalmente, passando a fazer parte da nova sociedade global. Assim, a União Européia se apresenta como uma das expressões mais evoluídas da integração supranacional, sob as maiores sensibilidades multiculturais.

Abstract: The European Union is an integration project that became reality due to a set of variables, being notable by a formation of a proper Law, *sui generis*, which delineates a complex project based on the redefinition of the old national sovereignty in a process that allows the transference of historically rooted abilities in the State sphere, supporting itself in the basis of European Community Law - the foundation of this reorganization. This framework politicjuridic developed and it has changed into a superior authentic Law, and not tied by the national legal systems. In this way, as already said, supported by the European Community Law, the European Union, has been constructing its own jurisprudences, under the vigilance of the Court of Justice of the European Communities - CJEC -, complexed instrument, composed of diverse Law sources, which creates a proper legal system to the States-members. The research however, demonstrate it as a source of integration process, which regulates the principles that regulate the relations established between the community and its States, at the same time it develops legal-procedure mechanisms that stimulate the fulfilment of its norms by the State-members. However, exactly ahead of the basic principles the European Union came cross with problems of politic and legal order, having to invent itself, and to search a conceptualization to become understood; it has been born from

an improbable miracle, the European Union brings only partial answers to the mundialization. In this direction, the EU promoted the idea of a new sovereignty, not interpreted in absolute direction, but as dependent of the regional jurisprudence. The object of the dissertation it's to demonstrate, by means of analysis of the sovereignty and the forms that these concepts are treated with regard to the possible legal natures (federalism, confederation, organizations of Public International Law), the impossibility to precisely demarcate its nature with subsidies in the emanated problems of the supranationality. In this direction, the research suggests that the Statesmembers sovereignty should be more flexible, in the regional perspective. Thus, the classic, emblematic paradigm in national society it is symbolized in the State-Nation, While it develops, the globalization confers new meanings to the national society, reveling the State- Nation as a problematic and contradictory historical process, since it is no longer defined by the sovereignty, and it has changed radically, becoming to be part of the new global society. Thus, the European Union it is one of the most advance expressions of the supranational integration, under the greatest multicultural sensibility.

RADAM NAKAI NUNES

Título: A cooperação jurídica penal internacional à luz do garantismo penal.

Data da defesa: 14/12/2007

Banca: Arinda Fernandes (orientadora)

João Rezende Almeida Oliveira (examinador interno)

José Rossini Campos do Couto Corrêa (examinador externo)

Palavras-chave: garantismo penal; Brasil; Constituição; efetividade; garantias; princípios; cooperação internacional; Direito Penal; Direito Processual; garantia (direito); Direito Internacional Público; Luigi Ferrajoli; jurídica internacional.

Resumo: O presente trabalho visa demonstrar as razões jurídicas da existência dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal e o dever do Estado punitivo de aplicar, no decorrer do processo penal - especialmente nos casos que ensejam cooperação jurídica internacional - os direitos e as garantias fundamentais de proteção à pessoa e o fortalecimento da dignidade humana, que se concretizam com o exercício da ampla defesa, contraditório, devido processo legal, princípio da inocência, bem como com a vedação de provas ilícitas e ilegítimas. Tais princípios e garantias são meios jurídicos de proteção ao cidadão acusado ou indiciado. A razão desses princípios é a instrumentalidade do processo penal para equilibrar os valores do poder punitivo do Estado e a liberdade e proteção ao acusado ou indiciado. As garantias constitucionais processuais-penais alicerçam o garantismo penal tão preconizado por Ferrajoli. Elas estão a serviço do cidadão com a finalidade de resistir à acusação inconstitucional. E' nesse contexto que a cooperação jurídica penal internacional deve obedecer as normas fundamentais do processo penal brasileiro objetivando impedir a supressão ou desrespeito a esse garantismo penal previsto na Carta Magna.

Abstract: This paper aims to demonstrate the juridical causes for the rights and the basic guarantees in the 1988 Federal Constitution of Brazil, and the punitive State's duty to apply, even before international criminal juridical cooperation, such rights and guarantees along the criminal process and the strengthening of man's dignity, by means of the practice of legal defense, contradictory, the due process of law, the

innocence presumption principle and the prohibition to illegal evidence. The basic principles and guarantees are juridical ways to protect the accused. Their reason is the instrumentality of the penal process, in order to balance the contrasting values of the State's power to punish and the protection to the accused. Such constitutional criminal processual guarantees are the penal garantism referred to by Ferrajoli, given that those guarantees are on the accused's side as to resist unconstitutional charges. Therefore, the international criminal juridical cooperation must comply the fundamental rules concerning the Brazilian criminal process so as not to suppress ou disrespect the penal garantism established in the 1988 Federal Constitution.

ROSELAINE DOS SANTOS SARMENTO

Título: Homologação de laudos arbitrais estrangeiros no Brasil

Data da defesa: 02/04/2007

Banca: Antonio Paulo Cachapuz de Medeiros (orientador)
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy (examinador interno)
João Rezende Almeida Oliveira (examinador interno)

Palavras-chave: lei de arbitragem nacional, cooperação interjurisdicional, protocolo de Las Lemas, laudo arbitral estrangeiro, homologação, direito internacional;arbitragem internacional;tratados, DIREITO INTERNACIONAL PUBLICO.

Resumo: Esta dissertação aborda a questão da homologação de laudos arbitrais estrangeiros no Brasil em sede de cooperação jurisdicional. Analisamos o processo de homologação de laudos estrangeiros à luz do ordenamento jurídico brasileiro e dos tratados internacionais firmados entre os quatro países do Mercosul: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. A pesquisa tornou evidente a incompatibilidade existente entre o processo de homologação de laudos estrangeiros, realizado por órgão de cúpula do Poder Judiciário brasileiro, e a aplicação dos tratados internacionais firmados pelo Estado que regulam (ou deveriam regular) diretamente a matéria. Pois, em que pese o esforço do Executivo de celebrar tratados com a finalidade de inserir cada vez mais o País no mercado internacional, vislumbra-se ainda um Estado muito apegado ao conceito primitivista de soberania, uma vez que o Judiciário, para reconhecer e mandar cumprir os laudos arbitrais estrangeiros no território nacional, utiliza-se do complexo processo de homologação, regulado pelo direito brasileiro. Assim, embora muitas de nossas leis assegurem aos operadores do direito regras adequadas e consentâneas ao desenvolvimento do tema no plano nacional (frise-se a Lei de Arbitragem), e no internacional (ressalte-se o Protocolo de Las Leñas) – restam desprestigiados os princípios de direito internacional do acesso à justiça e da autonomia da vontade das partes. Dessa forma, o Estado não atende às demandas da modernidade que clamam pela harmonização e uniformização das normas relativas à cooperação interjurisdicional. Portanto, é imprescindível e urgente que o Estado trate como preeminente os princípios que derivam da ordem pública internacional e que protegem os interesses comuns da humanidade. Para isso, deve (1) incorporar imediatamente ao seu ordenamento jurídico tratados internacionais, cuja finalidade seja a de resguardar a ordem jurídica em toda a sociedade internacional; e (2) priorizar a aplicação de tais normas às decisões estrangeiras a fim de possibilitar que as pessoas encontrem a mesma proteção e garantia dos direitos que lhe estão assegurados na sociedade de que fazem parte

Abstract: This dissertation approaches the issue of ratifying foreign arbitration's reports in Brazil, in the context of jurisdictional cooperation. We analyze the process of ratification of foreign reports under the light of the Brazilian juridical ordering and the international treaties concluded between the four countries of the Mercosur: Brazil, Argentina, Paraguay and Uruguay. The research made evident the incompatibility existing between the process of ratification of foreign reports, realized by the Brazilian Supreme Court, and the application of the international treaties, concluded by the State, which rule (or should rule) directly, in this case. Therefore, what is the use of the Executive struggling to celebrate treaties with the purpose of inserting more and more the Country in the international market, as long as the State, sticking to the primitive concept of sovereignty, allows the Judicial to use the complex process of ratification, ruled by Brazilian Law, in order to recognize and make carry out the foreign arbitration's reports on the national territory. Thus, although many of our laws warrant rules to the law-operators, these rules being adequated to the development of this theme as much as on national ground (according to the Law of Arbitration) as on the international one (quoting the Protocol of Las Leñas) – the International Law's principles of free access to justice and autonomy of the parts remain depreciated. In this manner, the State does not attend to the demands of modernity which needs the harmonization and uniformity of the rules relating to inter-jurisdictional cooperation. Hence, the State should indispensably and urgently consider as preeminent the principles coming from international public order which protect the common interests of humanity. Therefore, the State must (1) incorporate at once, in his juridical ordering, international treaties which purpose would be the protection of juridical order in the whole international society; and (2) give priority to the application of such rules to foreign decisions in order to get the people the same protection and warrant of the rights assured by the society where they belong to

SÉRGIO LUÍS DE CASTRO MENDES CORRÊA

Título: As sociedades por quotas por responsabilidade limitada: a noção de responsabilidade tributária no direito brasileiro e no direito português

Data da defesa: 09/05/2007

Banca: Maurin Almeida Falcão (orientador)
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy (examinador interno)
Ronaldo Lindimar José Marton (examinador interno)
Luís Carlos Martins Alves Jr (examinador externo)

Palavras-chave: infração à lei, desconsideração da pessoa jurídica, ônus da prova, administradores, sociedade limitada, DIREITO TRIBUTARIO.

Resumo: Na presente obra o autor aborda a questão da responsabilidade tributária no Direito Brasileiro e no Direito Português, com especial enfoque para a legislação, doutrina e jurisprudência dos dois países. Para a análise do tema proposto, dentre os tipos societários existentes, foi escolhida a sociedade por quotas de responsabilidade limitada, ou simplesmente sociedade limitada, na terminologia adotada pelo novo Código Civil. Ponto importante a ser abordado no presente trabalho é referente ao ônus da prova, isto é, a quem compete demonstrar que a responsabilidade pelo

pagamento dos tributos, quando não honrados pelas empresas, deve ser suportada pelos seus sócios e administradores. Relevante também se mostra a discussão da teoria de desconsideração da pessoa jurídica - a disregard doctrine - através da qual se torna possível levantar o véu que encobre a pessoa jurídica, e responsabilizar o sócio, pessoa física, pela prática de atos contrários à lei, em especial o não pagamento de tributos. A definição de infração à lei, bem como a que tipo de lei se refere o nosso ordenamento jurídico, no que toca ao não pagamento dos tributos no prazo devido, é matéria que será enfrentada com destaque, dada a sua importância para a solução da controvérsia. O trabalho foi desenvolvido tendo em vista o caráter sistêmico do tema, eis que não inserido apenas no campo do Direito Tributário, mas também no Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Comercial.

Abstract: In this work, the author deals with the problem regarding tax responsibility according to the Brazilian Law and the Portuguese Law, with special concern to the legislation, doctrine and jurisprudence of both countries. In order to analyze the proposed subject, it was selected, among the existing societary types, the partnership established by limited responsibility shares, or, according to the terminology adopted by new Civil Code, limited partnership. An important point to be considered here is related to the burden of proof, that is, to whom belongs the competence to demonstrate that the responsibility for tax payment, when the companies do not respect it, must rely on their shareholders and executives. The discussion about the disregard of legal entity or disregard doctrine - is also relevant. According to it, it is possible to lift the curtain that covers the artificial person, and put the responsibility of those acts performed against the law, particularly those regarding the non-payment of taxes, on the shareholder, an individual. The definition of law infraction, as well as to what kind of law our juridical arrangement refers to, when regarding the non-payment of taxes in due time, is a subject that will be especially considered here, because of its importance in the solution of the controversy. In the development of this work it was taken into account the systemic nature of the subject, since it regards not only the field of Tax Law, but also Constitutional Law, Civil Law and Commercial Law.

CÉSAR JOSÉ DHEIN HOEFLING

Título: A Obrigação do Patrocinador no Resultado Deficitário do Plano de Benefício Definido (BD) de Entidade Fechada de Previdência Complementar: As Experiências Norte-Americanas e Brasileiras

Data da defesa: 24/09/2007

Banca: Manoel Moacir Costa Macedo (orientador)
João Rezende Almeida Oliveira (examinador interno)
Guilherme Narcizo de Lacerda (examinador externo)

Palavras-chave: Previdência Complementar, Patrocinador, Obrigação Contratual, benefício definido.

Resumo: A previdência complementar é um segmento da seguridade social. A previdência social brasileira e norte-americana baseiam-se no regime de repartição. Nesse regime, o aumento da expectativa de vida e a redução da taxa de natalidade geram intranquilidade aos segurados e justifica o crescimento da previdência

complementar. O estudo ressalta a semelhança de termos e conceitos da previdência complementar nestes países. Todavia, apresenta a dessemelhança em relação à obrigação do patrocinador no resultado deficitário. Aborda os princípios constitucionais da previdência complementar brasileira, como o da contratualidade. Enfoca a evolução da previdência complementar no Brasil, os fundos de pensão, os sujeitos desta relação jurídica e os planos de benefício definido e contribuição definida. Igualmente, ressalta a evolução histórica dos fundos de pensão norte-americanos, a expansão, legislação envolvida, as características, os planos de benefícios e o seguro garantidor de planos de benefício definido desequilibrados. No aprofundamento do tema, analisa a contratualidade das prestações neste vínculo de longa duração, a aplicação da teoria da imprevisão e da não-onerosidade excessiva às partes. Nessa perspectiva, conclui-se que o resultado deficitário do plano benefício definido brasileiro é equacionado por contribuições extraordinárias dos patrocinadores e participantes na proporção das suas contribuições normais ao plano de benefício. Por sua vez, na previdência complementar norte-americana, o patrocinador obriga-se a adequar o plano de benefício definitivo deficitário. Esse tratamento diferenciado explica-se pela cultura previdenciária e a menor taxa de desemprego, forçando o patrocinador norte-americano assumir maiores riscos que o brasileiro.

Abstract: The complementary providence is a segment of the social security. The Brazilian and North American welfare is based on the regimen of distribution. In this regimen, the increase of the life expectancy and the reduction of the natality tax generate intranquillidade to the insured and justify the growth of the complementary providence. The study it standes out the similarity of terms and concepts of the pension funds in these countries. However, it presents the dissimilarity in relation to the obligation of the sponsor in the deficit result. It approaches the principles constitutional of the Brazilian complementary providence, contractual principle. It focuses the evolution of the complementary providence in Brazil, the pension funds, the citizens of this legal relationship and the plans of definite benefit. In the deepening of the subject, it analyses the civil contract of the plans of complementary providence in Brazil, the commutation of the installments in this bond of long duration of the theory of the unexpected and in not the extreme onerosly to the parts. In this perspective, one concludes that the deficit result of the plain Brazilian definite benefit is equated by extraordinary contributions of the sponsors and participants in the ratio of its normal contributions to the benefit plan. In turn, in the North American pension funds, the sponsor compels to adjust it the plan of deficit definite benefit. This differentiated treatment justifies for the providence culture and lesser tax of unemployment, forcing the North American sponsor to assume greaters risk that the Brazilian.

KEYWORDS: Pension funds, sponsor, contractual obligation, defined benefit.

WALTER DE PAULA SILVA

Título: A Regulação dos Meios de Comunicação Social nos Direitos Brasileiro e Comparado

Data da defesa: 21/09/2007

Banca: Manoel Moacir Costa Macedo (orientador)
Leila Maria Da´Juda Bijos (examinadora interna)
Germano Campos Silva (examinador externo)

Palavras-chave: Direito. Comunicação Social. Regulação. Democracia.

Resumo: A realidade da Comunicação social tem na lógica de mercado seu meio e fim. Embora as ondas que transmitem a comunicação pertençam à União, são poucas as empresas de comunicação social existentes e estas não estão submetidas a efetivo controle público, daí a necessidade democratiza-las através de sua regulação. A democratização dos meios de comunicação social decorre da produção de maior diversidade da informação através do aumento de sua difusão a partir de um espectro maior de atores sociais.

Abstract: The social communication reality has in the market place logic its means and ending. In spite of the waves that broadcast the communication belong to the Union, there are few other existing media companies and which are not submitted to public controls, hence the need for democratization as a right through its regulation. The democratization of the social mass media comes from the production of a greater variety of information through the increase of its broadcasting, from a greater spectrum of social agents.